



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

*O Tribunal
da Cidadania*

BRASÍLIA - DF - 2025



SECRETARIA DO TRIBUNAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

*O Tribunal
da Cidadania*

BRASÍLIA - DF - 2025

PRESIDENTE

Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin**

VICE-PRESIDENTE

Luis Felipe **Salomão**

MINISTROS

Francisco Cândido de Melo **Falcão** Neto

Fátima **Nancy Andrichi**

João Otávio de Noronha

Humberto Eustáquio Soares **Martins**

Maria Thereza Rocha **de Assis Moura**

Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**

Mauro Luiz **Campbell Marques**

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo **Villas Bôas Cueva**

Sebastião Alves dos **Reis Júnior**

Marco Aurélio Gastaldi **Buzzi**

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Sérgio Luíz **Kukina**

Paulo Dias de **Moura Ribeiro**

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado **Cruz**

Luiz Alberto **Gurgel de Faria**

Reynaldo Soares da Fonseca

Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**

Antonio Saldanha Palheiro

Joel Ilan Paciornik

Messod Azulay Neto

Paulo Sérgio Domingues

Teodoro Silva Santos

José **Afrânio Vilela**

Daniela Rodrigues **Teixeira**

SECRETÁRIO-JUDICIAL DA PRESIDÊNCIA

Fernando da Fonseca Gajardoni

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Carl Olav Smith

DIRETOR-GERAL

Sergio José Americo Pedreira

DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Múltiplos Meios

Boas-vindas!

De acordo com as disposições da IN TCU n. 84/2020, referentes à Decisão Normativa TCU n. 198/2022, e *Instrução Normativa STJ/GP n. 23 de 9 de dezembro de 2020*, o Superior Tribunal de Justiça apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2024, em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo avaliar como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à população brasileira.

O relato integrado do STJ está assim estruturado:

- 1. Governança do STJ**, em que será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, a análise do cenário, a maneira como o STJ enfrenta seus desafios com base nas premissas de uso de planejamento estratégico, governança, gestão de riscos e controles internos.
- 2. Resultados da gestão**, em que se demonstram os resultados alcançados para o período em relação à missão institucional e aos objetivos traçados no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Além disso, há informações de áreas específicas da gestão.

Boa leitura!

Mensagem do Presidente

O ano de 2024 foi marcado pela superação de desafios no Superior Tribunal de Justiça, com diversas oportunidades de melhorias nos processos de trabalho e nos serviços, sempre com o foco em oferecer à sociedade uma **justiça** cada vez mais **ágil, moderna, preventiva e cidadã**.

As informações deste relatório mostram que, mesmo diante dos constantes aumentos de processos recebidos nos últimos anos, o número de julgados também vem tendo incrementos significativos.

EM 2022 Foram mais de

405 mil

Processos *Recebidos*

591 mil

Processos *Julgados*

EM 2023 Foram mais de

461 mil

Processos *Recebidos*

608 mil

Processos *Julgados*

EM 2024 Foram mais de

485 mil

Processos *Recebidos*

698 mil

Processos *Julgados*

Diante desse cenário, além de estratégias para diminuição imediata do nosso acervo, temos de agir para que, num futuro próximo, a situação não fique insustentável. Para isso, é preciso a aplicação de boas práticas de gestão e governança. No final de 2024, implementamos uma iniciativa inovadora de **convocar juízes auxiliares** para colaborar com a Terceira Seção do STJ, que trata de processos do Direito Penal.

Em termos de tecnologia, ressalto que o novo módulo de julgamento virtual passou a permitir a disponibilização dos votos para advogados em tempo real, além de enviar esclarecimentos escritos durante a sessão virtual, agilizando os trâmites do julgamento.

Olhando ainda para o futuro, foi instituído o **Centro de Estudos Prospectivos do STJ** (*Portaria STJ/GDG n. 445 de 27 de maio de 2024*), responsável por elaborar relatórios

com cenários futuros sempre com foco na prestação jurisdicional do STJ. E implementamos diversas iniciativas com uso de automação e de inteligência artificial, de forma a otimizar os diversos serviços prestados à sociedade.

Não posso finalizar esta breve mensagem sem agradecer às ministras e aos ministros, bem como a todas as pessoas que fazem esta Corte melhor a cada dia, constantemente empenhados na entrega de uma prestação jurisdicional efetiva.

Que os anos vindouros se concretizem com a devida prontidão para enfrentarmos as adversidades e vigilância constante e alcançarmos o aprimoramento contínuo, na estrita observância da lei! Juntos, somos mais fortes. Afinal, **o Tribunal é você quem faz!**

Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin
PRESIDENTE DO STJ



Sumário

1. Governança do STJ	9
Visão Geral	10
Planejamento Estratégico	15
Governança	21
Gestão de Riscos e Controles Internos	28
Relacionamento com a sociedade	31
2. Resultados da Gestão	39
STJ em números	40
Orçamento e demonstrações contábeis	45
Despesas da União	57
Gestão de Pessoas	61
Licitações e Contratos	62
Gestão de tecnologia da informação	63
Sustentabilidade	69

1. Governança do STJ

Visão Geral

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça - STJ é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas.

Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, o qual estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, especialmente no julgamento de recursos especiais.

O art. 105, além de disciplinar as competências originais e recursais do Superior Tribunal de Justiça, faz menção aos órgãos que funcionam em conjunto com este, quais sejam:

- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam; e
- Conselho da Justiça Federal – CJF.

Em conformidade com o mesmo art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, criada pela Emenda à Constituição n. 45, tem como missão “promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social”.

A Escola apresenta direcionamento geral para o sistema de formação e aperfeiçoamento dos magistrados a partir de diretrizes pautadas nos objetivos da instituição. Nesse sentido, a Enfam tem suas principais atribuições demarcadas em três áreas de atuação: i) planejar, executar e coordenar as ações educacionais; ii) elaborar normas e diretrizes concernentes à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados; e iii) credenciar e acompanhar os cursos oficiais ofertados pelas escolas judiciais e de magistratura.

Salienta-se que o CJF é uma unidade prestadora de contas específica. Assim, as informações sobre esse órgão são tratadas em relatório de gestão próprio.

Em dezembro de 2024, a estrutura orgânica do Tribunal estava instituída pela **Resolução STJ/GP n. 20 de 2 de outubro de 2024**. A estrutura organizacional, baseada no modelo funcional, distribui competências às unidades do STJ segundo o critério da especialização, e estas se encontram disciplinadas no Manual de Organização do STJ, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 40 de 10 de outubro de 2023**.



Quadro 1 - Fachada do Superior Tribunal de Justiça

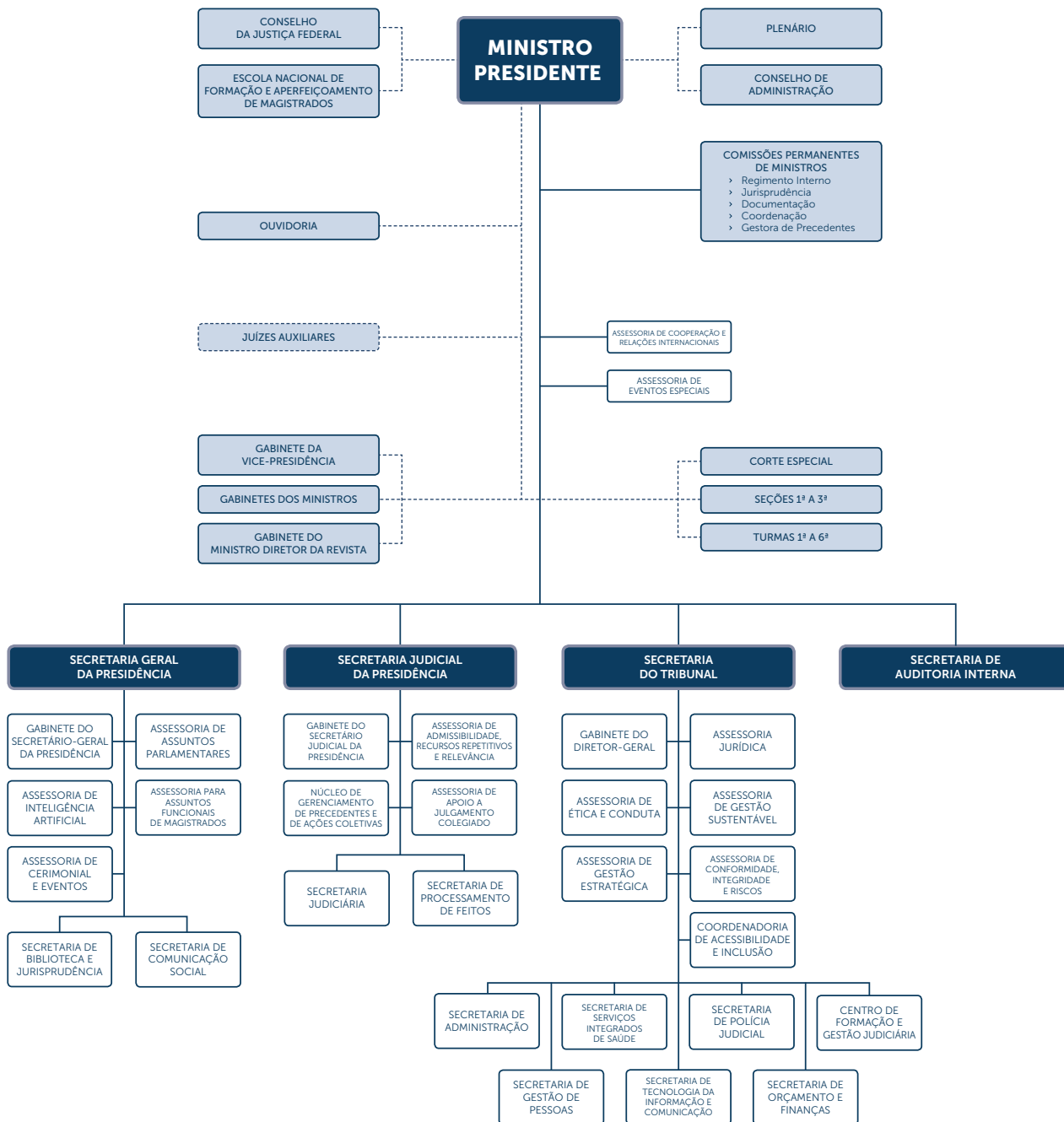
O STJ funciona:

- I – em Plenário e pelo seu órgão especial (Constituição, art. 93, XI), denominado Corte Especial;
- II – em Seções especializadas;
- III – em Turmas especializadas.

A competência desses órgãos encontra-se detalhada do art. 1º ao 7º do **Regimento Interno do STJ**.

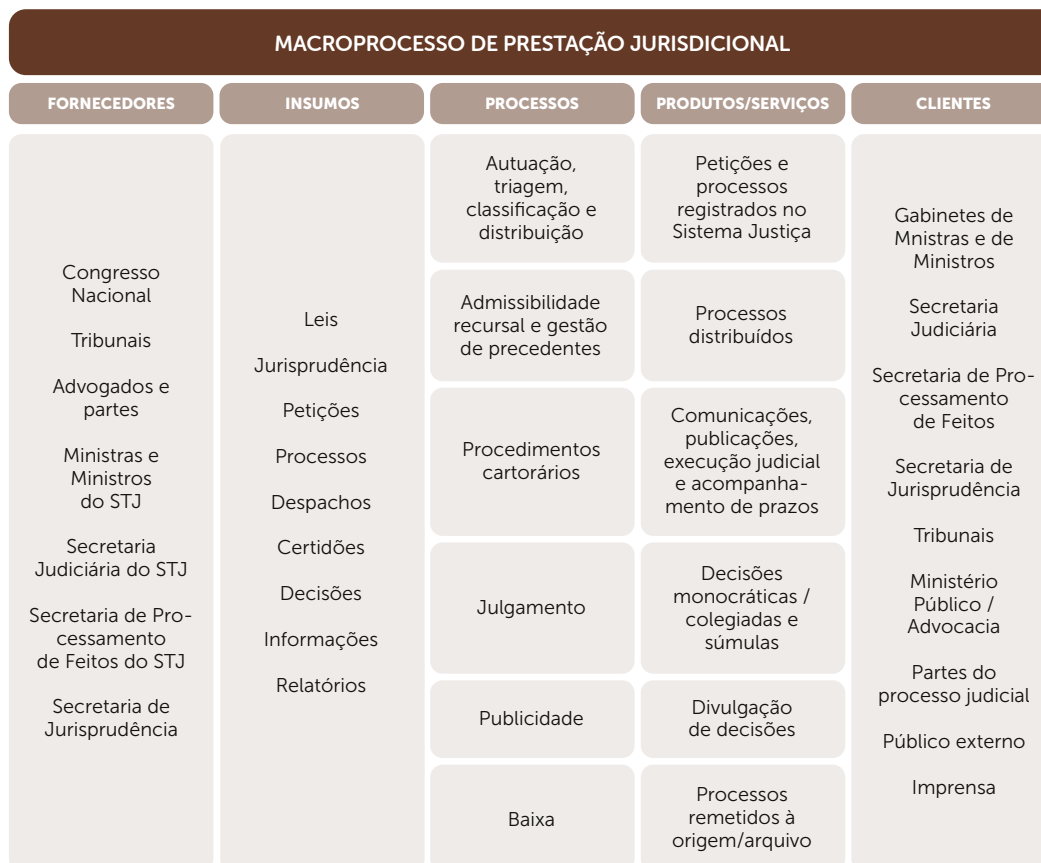
Também estão previstos, na estrutura do Tribunal, o Conselho de Administração, integrado pelas ministras e ministros mais antigos e presidido por quem está como presidente da Corte, ao qual compete decidir sobre matéria administrativa, e as Comissões de Ministros, permanentes ou temporárias, que colaboram no desempenho dos encargos do STJ.

Resolução nº 20 de 02/10/2024, publicada no DJe do STJ nº 3973 de 15/10/2024.



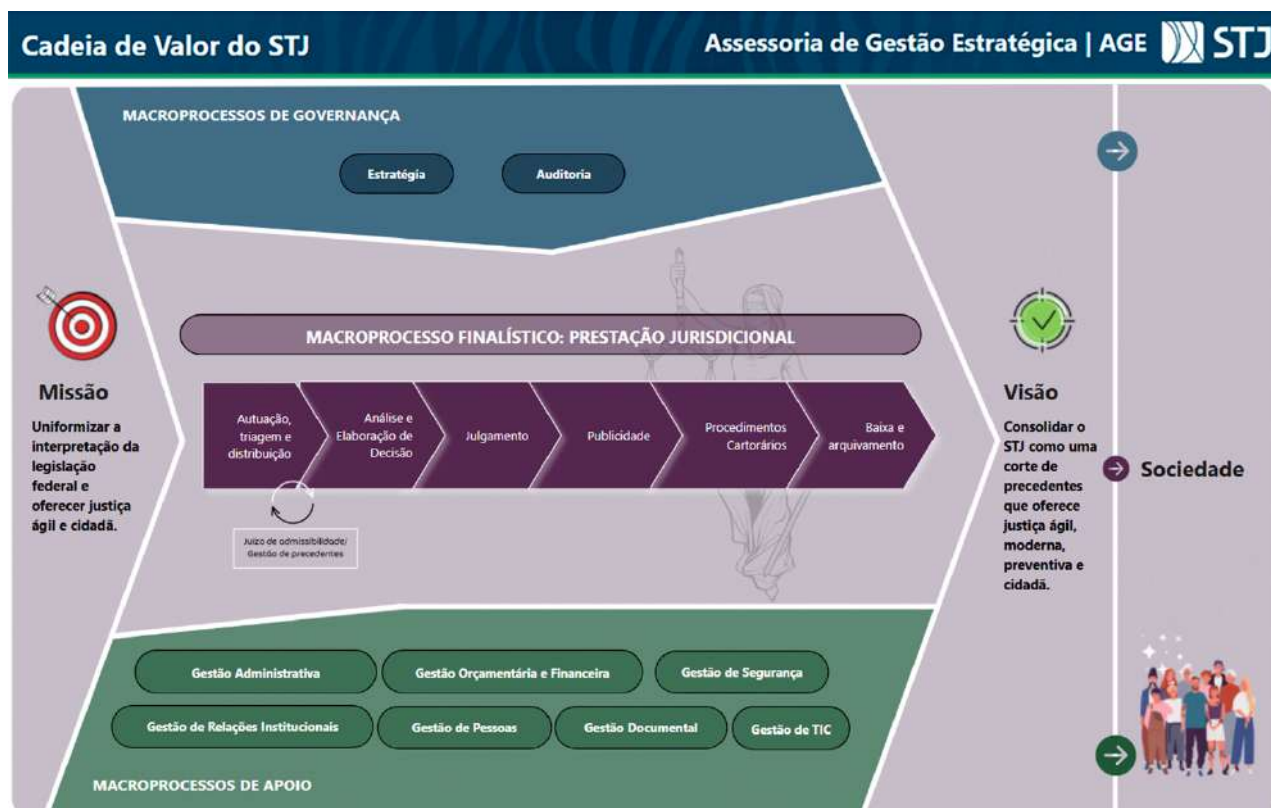
Quadro 2 - Organograma do Superior Tribunal de Justiça

O macroprocesso finalístico do STJ, em consonância com suas competências constitucionais, é a prestação jurisdicional. Compreende o processamento do feito desde o seu recebimento no Tribunal até a sua baixa definitiva, conforme diagrama a seguir:



Quadro 3 - Macroprocesso de Prestação Jurisdicional

Destaca-se, ainda, a Cadeia de Valor do STJ. Ela representa graficamente o fluxo do trâmite processual desta Corte, observados os macroprocessos de governança e de apoio, que garantem a prestação jurisdicional, produto final da organização.



Quadro 4 - Cadeia de Valor do STJ

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

Em se tratando da Enfam, anualmente, é elaborado o *Relatório de Gestão* que traz informações sobre identificação, estrutura e ambiente da Escola, bem como objetivos e resultados de cada exercício.



Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

O documento analisa aspectos como o desempenho operacional, orçamentário e a atuação da instituição em relação às suas atividades específicas.

Planejamento Estratégico

Considerando a crescente complexidade da vida moderna e aumento das controvérsias judiciais, o Superior Tribunal de Justiça enfrenta diariamente novos desafios para interpretar e uniformizar as normas infraconstitucionais. E, para dar vazão a essa enorme demanda, é fundamental a adoção de estratégias que expressem as diretrizes internas de forma clara e precisa, para que bons resultados sejam colhidos e a expectativa do cidadão que busca o Tribunal seja atendida.

Com esse foco, desde 2004, quando se adotou o *Balanced Scorecard* – BSC como metodologia de gestão, o Tribunal utiliza o plano estratégico como instrumento para nortear as ações da instituição.

A partir de então, a gestão estratégica do STJ está em total alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para o Poder Judiciário Nacional, o que permite a esta Corte atuar de forma participativa, tanto no contexto da justiça nacional quanto internamente, visando à melhoria de seu desempenho e de sua produtividade a cada ciclo estratégico.

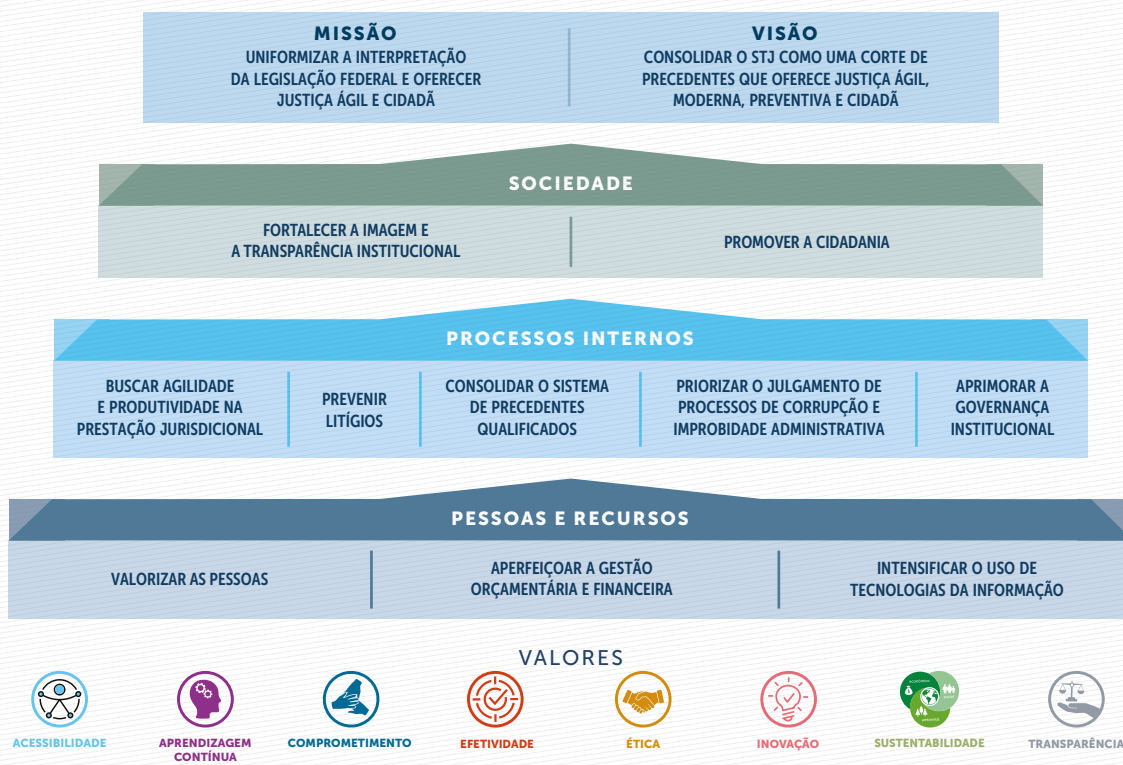
Atualmente, está vigente o *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, aprovado pela *Resolução STJ/GP n. 23 de 8 de julho de 2021*. Sua estruturação foi delineada sob três perspectivas: **Sociedade, Processos Internos, Pessoas e Recursos**.

Sociedade possibilita avaliar o impacto da estratégia e serve como direcionamento para os objetivos e medidas das outras perspectivas, por isso se encontra no topo do mapa estratégico. Procura representar como a instituição se relaciona com o público de seus serviços.

Processos Internos identifica aspectos da prestação jurisdicional, o principal macro-processo do STJ, no qual a organização deve alcançar a excelência para poder agregar valor aos serviços oferecidos. É entendida como o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à prestação jurisdicional, priorizando as demandas repetitivas, as de grandes litigantes e as de combate à corrupção, com vistas a alcançar a efetividade e a excelência nos serviços oferecidos à sociedade. Além disso, a perspectiva abrange a governança institucional, reflexo da visão gerencial norteadora de todas as atividades da Corte.

Pessoas e Recursos é a base para a concretização dos objetivos das outras perspectivas, já que, com uma gestão orçamentária eficiente, é possível garantir a infraestrutura tecnológica apropriada e os investimentos no desenvolvimento e valorização das pessoas, que são fundamentais para suportar a evolução dos processos da atividade fim.

MAPA ESTRATÉGICO DO STJ • 2021-2026



Quadro 5 - Mapa Estratégico do Plano STJ 2021-2026

O plano é acompanhado sistematicamente, por meio de monitoramento do desempenho dos indicadores e das iniciativas estratégicas. As pessoas responsáveis por esse gerenciamento são designadas por meio de portaria específica. O acompanhamento periódico dos resultados é feito pelo painel **Resultados Estratégicos**. A execução do planejamento é avaliada e ajustada nas reuniões de análise estratégica – RAE, das quais participam gestoras e gestores da estrutura de governança do Tribunal.

As decisões tomadas nas RAEs são acompanhadas pela área de gestão estratégica até que se inicie novo ciclo de monitoramento do plano.

Para o ciclo de 2024, o desempenho geral do plano ficou acima de 94%, conforme painel de **Resultados Estratégicos**. No portal da **Transparência e prestação de contas**, encontram-se mais informações sobre a Gestão Estratégica do STJ.

Desdobramento da estratégia do STJ em suas unidades

Quando se trata do desdobramento da estratégia institucional por suas unidades, informa-se que ocorre por meio do Alinhamento Estratégico do STJ, aprovado pela

Instrução Normativa STJ/GDG n. 27 de 28 de novembro de 2022. É uma metodologia específica a qual busca compatibilizar a atuação das unidades do Tribunal à estratégia delineada no Plano Estratégico STJ 2021-2026. Com isso, identificam-se os objetivos, os indicadores e as iniciativas setoriais, de modo que todas visualizem sua contribuição para a consecução dos resultados almejados pela instituição.

Em 2024, foi instituída a Comissão do Alinhamento Estratégico do STJ - CAE, com a finalidade de discutir, deliberar e fomentar o desenvolvimento colaborativo de iniciativas inovadoras voltadas para o aprimoramento da metodologia do Alinhamento Estratégico do STJ (**Portaria STJ/GDG n. 395/2024**). Também iniciou-se uma revisão dessa metodologia, com publicação prevista para o primeiro semestre de 2025.

O resultado geral das unidades participantes pode ser conferido no painel de **Resultados Estratégicos**.



Quadro 6 - Radar da Estratégia - Dezembro/2024

Em 2024, houve incremento no Alinhamento dos Gabinetes, com o envio de relatórios de desempenho quadrimestrais para cada gabinete, de modo a aprimorar cada vez mais a gestão das unidades.



Relatório Estratégico e Tático (3º Quadrimestre/2024) Assessoria de Gestão Estratégica - AGE

Min. xxx

31/12/2024

Sob relatoria	Tramitando líquido (sem sobrestamento)	No gabinete	Pautados	Com acórdão não publicado	No gabinete, não pautados e sem acórdão
332.612	327.916	213.655	6.986	678	205.991

Média das Metas 1, 2, 4, 6, 10 e 11

106,07%

Situação em 31/12/2024

Meta 01		Meta 02		Meta 04		Meta 05		Meta 06		Meta 07	
%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam
100,65%	0	99,69%	650	96,25%	250	98,97%	--	86,72%	187	76,92%	--

Meta 08		Meta 10a		Meta 10b		Meta 10c		Meta 11	
%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam	%	Faltam
95,41%	58	105,37%	0	126,98%	0	133,33%	0	100,00%	0

Legenda ● Vermelho: Não Cumprido ● Verde: Cumprido ● Preto: Não se aplica

Fonte: Painel Estratégico e Tático dos Gabinetes de Ministra ou Ministro e Stratej

Em consonância com o plano estratégico, há outros planejamentos temáticos complementares.

O **PEGEP STJ 2022/2026**, aprovado pela **Instrução Normativa STJ/GP n. 9 de 1º de abril de 2022**, foi construído em parceria pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – SIS, pelo Centro de Formação e Gestão Judiciária – Cefor e pela Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão – ACIN. No STJ, entende-se gestão de pessoas como um macroprocesso transversal que perpassa, atualmente, essas quatro unidades, em termos formais e por delegação estrutural. O macroprocesso é entendido como a integração de subprocessos concernentes ao provimento de cargos, ao desenvolvimento e valorização de pessoas, à atualização e manutenção dos registros funcionais, à concessão de direitos, ao cumprimento de deveres do corpo funcional, à remuneração, à acessibilidade e inclusão, à assistência médica e ao plano de benefícios de servidoras e de servidores e das magistradas e dos magistrados



Quadro 8 - PEGEP STJ 2022/2026

Outro plano que contribui com a gestão de pessoas, especificamente voltado para as ações de treinamento no Tribunal, é o **Plano Anual de Capacitação – PAC**, que serve de base para o planejamento de capacitações ofertadas durante o ano. Em 2024, os agrupamentos das ações educacionais foram reduzidos de 18 categorias para 15. Elas representam as dimensões da **Árvore do Saber**, símbolo do PAC.



As atuais categorias de desenvolvimento da Educação Corporativa do STJ são:



Quadro 9 - Árvore do Saber

Quando o assunto é o plano de gestão de tecnologia da informação e comunicação, tem-se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC para o biênio de **2023-2024** (*Instrução Normativa STJ/GDG n. 8 de 31 de março de 2023*). Segundo o Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário, anexo do normativo da *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD*, o planejamento de TIC é um processo de gestão com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação da organização, considerando-se inclusive a visão de longo prazo. Envolve a identificação e priorização das necessidades organizacionais e a definição de projetos, ações e metas para supri-las. O planejamento de TIC é complemento natural e necessário do planejamento estratégico institucional, estabelecendo diretrizes e ações transversais para suportar objetivos de negócio de todas as áreas da organização.

O PDTIC é o instrumento que contém o diagnóstico, o planejamento e a gestão de recursos e processos e declara os objetivos, as estratégias e os indicadores da área de tecnologia da informação e comunicação em harmonia com os objetivos institucionais do órgão, visando a atender às necessidades de tecnologia de informação e comunicação do Tribunal para um determinado período. Com ele, é possível orientar as ações para se atingir os objetivos do STJ, reduzir riscos e melhor aproveitar os recursos disponíveis.

Importante frisar que o PDTIC é a base para a confecção do *Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - PCTIC*, de modo a incluir todas as contratações necessárias ao alcance dos objetivos nos planejamentos do órgão e de TIC. O PCTIC compõe o PDTIC e subsidia a confecção do Plano Anual de Contratações e Aquisições – PCAq do Superior Tribunal de Justiça, referente às soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.



Quadro 10 - PCAq 2025 e PDTIC STJ 2023/2024

Governança

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, o tema governança é tratado pelo objetivo **Aprimorar a governança institucional**. A partir de 2024, o foco do objetivo foi ampliado, modernizado, passando a direcionar, avaliar e monitorar a gestão do Tribunal em práticas de sustentabilidade ambiental e social, além das anteriores de liderança, de estratégia, de controle, de governança de pessoas, de aquisições, de TI, orçamentária. Tal medida proporcionou inovação e melhoria dos processos de trabalho que contribuem para entregar à sociedade o principal valor público do Tribunal, **uma efetiva prestação jurisdicional**.

O desempenho do objetivo é mensurado por indicadores e iniciativas estratégicas. Em 2024, a métrica **Atendimento às recomendações** superou, pela primeira vez, os 90% de cumprimento, considerando as 172 recomendações atendidas em relação às 187 expedidas pela unidade de auditoria interna do STJ. Elas são emitidas com a finalidade de assistir à administração no alcance de seus objetivos, propondo às unidades a adoção de ações para corrigir desconformidades, tratar riscos e aperfeiçoar processos de trabalho e controles. Para 2025, espera-se implementar um termo de ciência de riscos da instituição, no caso de não atendimento das recomendações monitoradas.

Outro destaque fica por conta dos novos indicadores estratégicos. Primeiramente, o **Compliance no STJ**, que monitora o percentual de implementação das obrigações de compliance no Tribunal, com quase 90% de cumprimento frente uma meta de 100%. Essas obrigações são necessidades ou expectativas declaradas em normativo, de forma obrigatória ou facultativa, ou constante das melhores práticas amplamente aceitas no âmbito de atuação do STJ. A segunda métrica é o **Prêmio CNJ Qualidade**, que acompanha como está o desempenho do Tribunal diante da pontuação anual exigida pelo CNJ para obtenção do selo diamante. Neste ano, esta Corte foi agraciada com o selo Diamante. Destaca-se o eixo da Transparência, tão importante para a sociedade, alcançando pontuação máxima.



O indicador **Governança no STJ** está alinhado ao iESGo - Índice de ESG da Administração pública, coordenado pelo TCU, com as devidas adaptações para a realidade deste Tribunal. O resultado ficou próximo de 81% para uma meta de 82%. Destaque para a gestão orçamentária, que está em 100% de maturidade.

Em relação às iniciativas, destaque para o **Centro de Estudos Prospectivos**, cujo objetivo é projetar futuros possíveis e auxiliar nas decisões institucionais, de modo a construir o STJ, com base na metodologia de planejamento por cenários. A ideia é olhar o passado para prospectar o futuro do Tribunal.

Em 2024, o Centro de Estudos Prospectivos foi instituído (*Portaria STJ/GDG n. 445 de 27 de maio de 2024*). Uma etapa importante na metodologia adotada é a seleção das condicionantes de futuro, que são aquelas que têm capacidade de mover o sistema. No estudo atual, foram selecionadas as seguintes condicionantes de futuro: casos novos; perfil da gestão do STJ; regulamentação do filtro de relevância da questão federal; expectativa de vida da população brasileira. Em um primeiro momento, com foco nos casos novos, foi desenvolvido um modelo matemático com variáveis como processos novos e processos baixados nos tribunais de origem, a recorribilidade e o índice de atendimento à demanda (IAD) nesses tribunais, o que proporcionou uma interpretação dessa realidade, a fim de prospectar a quantidade de processos recursais que chegarão no STJ. Outro ponto, foi o impacto dos recursos repetitivos no Tribunal. Com base nisso, foram elaborados relatórios para subsidiar a alta administração na formulação de estratégia e tomada de decisões a fim de reduzir ou administrar o número de processos tramitando no STJ.



Mais detalhes estão nos painéis de *Resultados Estratégicos*, de *Estatística Processual* e *Boletim Estatístico*.

Atualmente, a estrutura de governança do STJ é representada pelo diagrama abaixo (*Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023*).

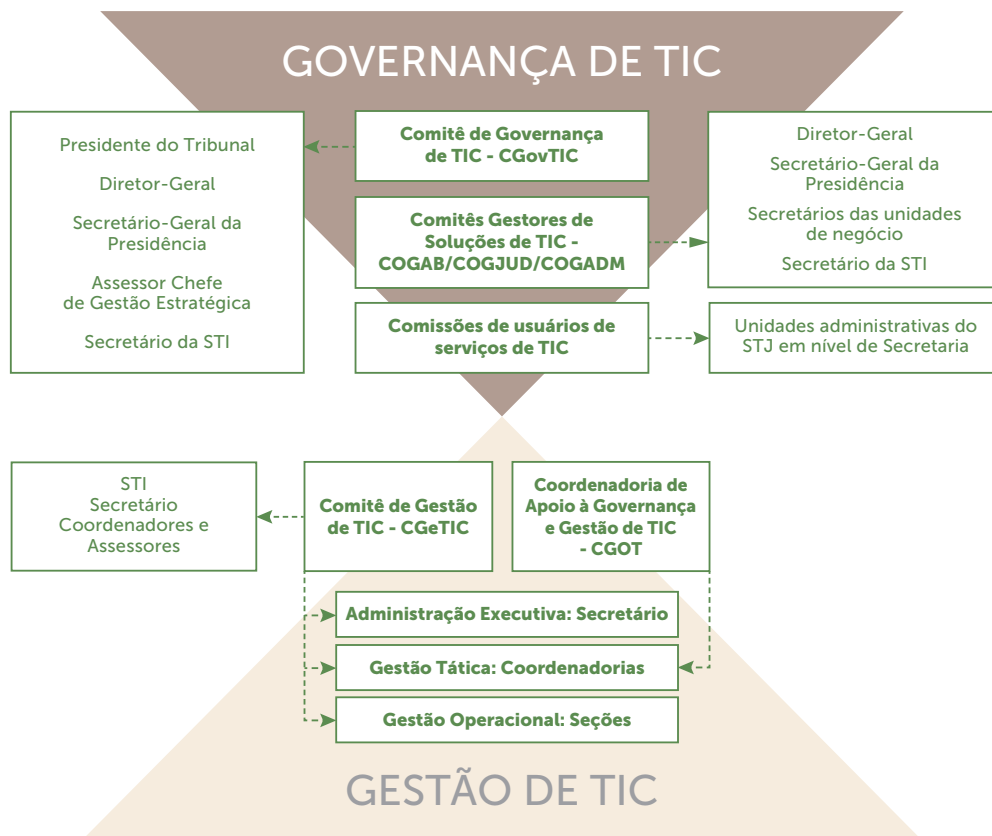


Quadro 11 - Estrutura de Governança do STJ

Governança de TIC

O tema Tecnologia da Informação e Comunicação é tratado pelo **Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação - CGovTIC** (*Resolução STJ/GP n. 22 de 28 de junho de 2023*).

O desdobramento das instâncias foi definido na *Instrução Normativa STJ/GDG n. 30 de 28 de novembro de 2023*, que instituiu a Política de Governança de TIC do STJ:



Quadro 12 - Estrutura de Governança de TIC do STJ (detalhamento)

Outra preocupação constante do Tribunal está na **Governança de Segurança da Informação** (*Resolução STJ/GP n. 22 de junho de 2023*). Em 2024, foi implementado como estratégico o indicador **Maturidade da segurança da informação no STJ**, que acompanha como está o Tribunal em relação à adoção de um conjunto prioritário e prescritivo de práticas recomendadas de segurança cibernética e ações defensivas que podem ajudar a prevenir os ataques mais generalizados e perigosos, dando suporte à conformidade de segurança. Para mais informações, acessar o [painel Resultados Estratégicos](#).

Governança de aquisições e contratações

Quanto às aquisições e contratações, as informações estão acessíveis no portal da *Transparência e Prestação de Contas*. Lá, a sociedade tem acesso aos dados relacio-

nados às licitações, compras efetuadas, contratos e instrumentos de cooperação efetuados, suprimento de fundos. Além disso, estão disponíveis os manuais de compras e contratações, entre outros.



Quadro 13 - Detalhe do Portal da Transparência do STJ

No Plano Estratégico STJ 2021-2026, o tema é tratado pelo indicador **Execução do PCAq**, que mede o percentual de compras concluídas constantes no **Plano Anual de Contratações e Aquisições – PCAq** comparado ao total de compras efetivadas no ano. Em 2024, o resultado superou os 83% de execução.

Mais informações, acessar o painel de *Resultados Estratégicos*.

Governança de Pessoas



Atualmente, o tema é tratado pelo **Comitê de Governança, de Orçamento, Contratações e Aquisições**. Quanto à gestão de pessoal, deve-se salientar que a *Portaria STJ/GP n. 10 de 16 de janeiro de 2017* atualiza a Política de Gestão de Pessoas do STJ e prevê a existência de Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, responsável pelo gerenciamento da política e pela instituição do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas. Atualmente, o colegiado responsável é o **Comitê de Governança de Pessoas**.



O **Programa Dialoga**, que tem como objetivo a divulgação e disseminação da cultura da gestão estratégica de pessoas, criando um espaço para que todo o corpo funcional do Tribunal compartilhe experiências, boas práticas e desafios encontrados nos processos institucionais. Em 2024, consolidou-se como um importante

instrumento de integração e troca, com a realização de encontros sobre os mais diversos temas (segurança psicológica, liderança em foco, a arte de gerir talentos, o impacto da inteligência emocional no trabalho, endomarketing, o futuro do trabalho, expressar sem agredir, gestão de comportamentos desafiadores). Foram mais de 800 participações.

Governança de Dados

A proteção de dados pessoais e dos direitos dos titulares de dados pessoais nas operações de tratamento sob responsabilidade do STJ é disciplinada pela **Política de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal (Resolução STJ/GP n. 5 de 28 de fevereiro de 2023)**.

Em 2024, realizou-se o inventário de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis. Os dados foram coletados e tratados em 52 unidades, em 185 processos de trabalho do STJ. O inventário, com a utilização do painel Adequa, permitiu identificar o compartilhamento de 206 metadados e o tratamento de 6.297 metadados de dados pessoais.



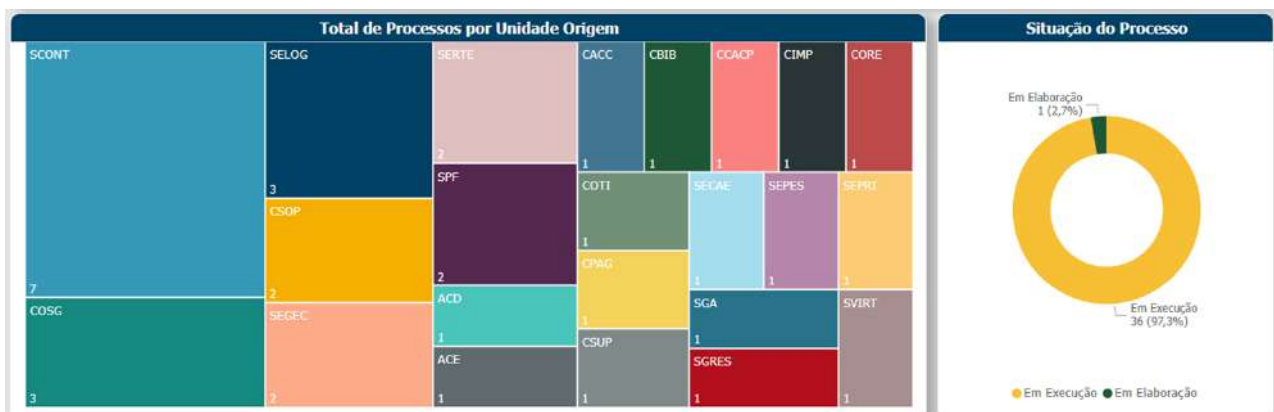
Quadro 14 - Painel Adequa

O inventário foi estruturado na identificação dos titulares, categorias de dados, sendo reunidas informações acerca da origem e retenção desses dados, as medidas de segurança e técnicas administrativas adotadas com o objetivo de garantir o acesso aos dados coletados e tratados apenas por agentes autorizados, entre outras informações.



Quadro 15 - Telas do Painel Adequa

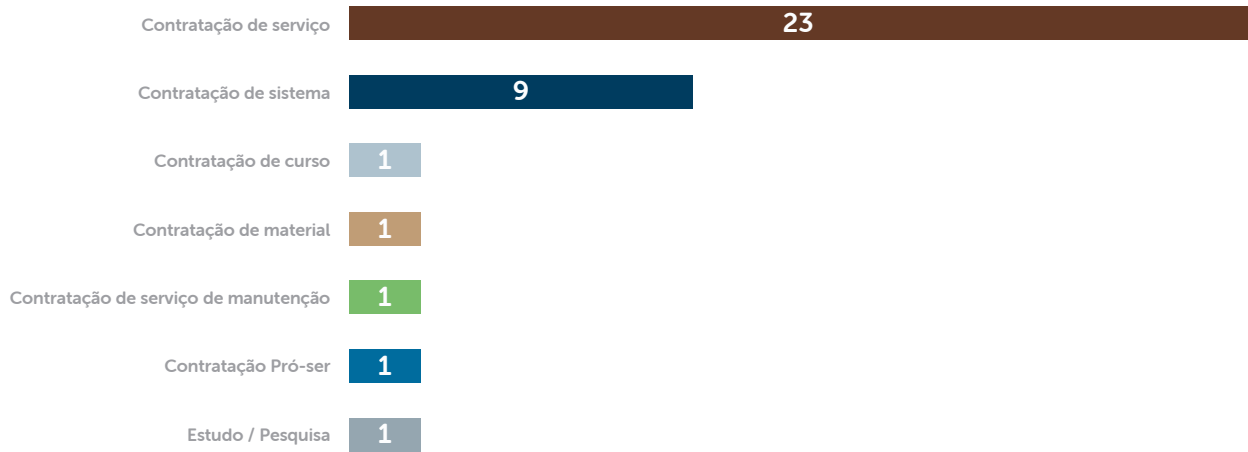
Outro ponto importante sobre o assunto diz respeito à elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPDP, exigido pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Tribunal – LGPD (*Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018*). Ele ocorre anteriormente às contratações que prevejam o compartilhamento de dados pessoais ou a realização pelo contratado de tratamento de dados pessoais em nome do STJ, mediante solicitação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPD. Isso é feito para os processos de trabalho, projetos ou serviços que realizarem tratamentos de dados pessoais considerados potenciais geradores de alto risco às liberdades civis e aos direitos fundamentais ou, ainda, mediante solicitação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. Em 2024, foram analisados 37 RIPDPs.



Quadro 16 - Painel de RIPDPs realizados

Ao fazer essa análise, constatou-se que cerca de 87% dos RIPDPs referem-se à contratação de serviços e sistemas.

Quantidade de processos por categoria



Quadro 17 - RIPDPs por categoria

Gestão de Riscos e Controles Internos

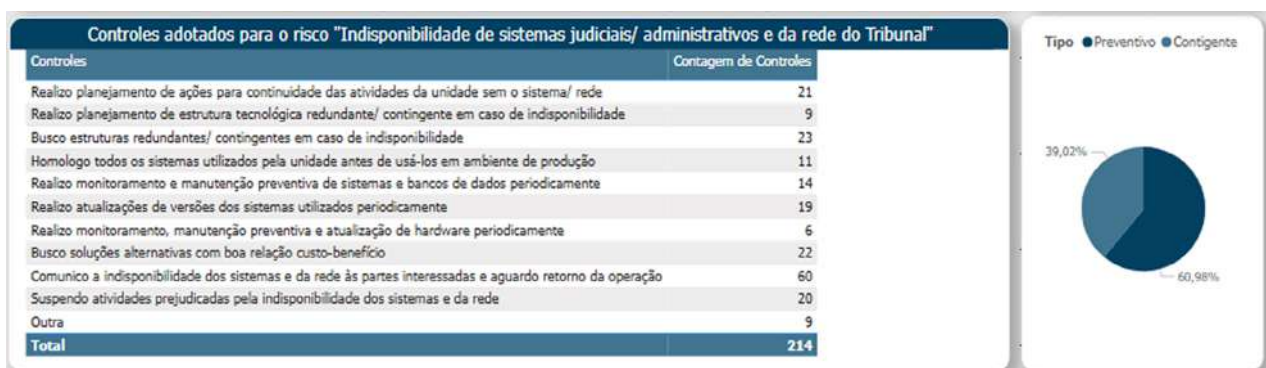
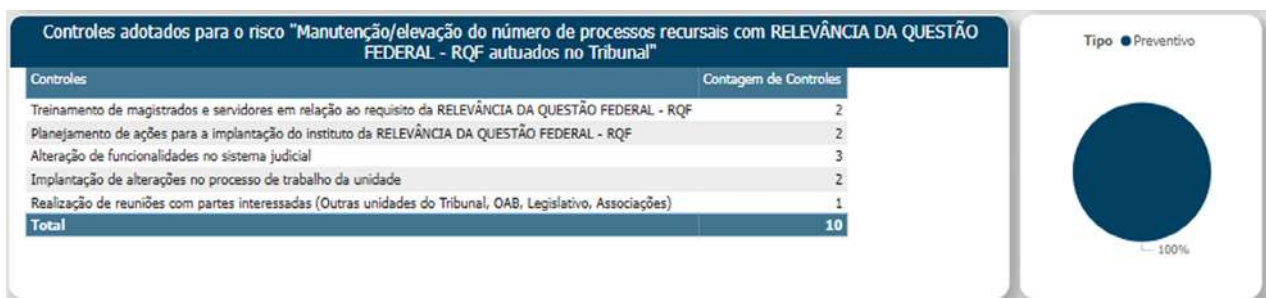
A *Instrução Normativa STJ/GP n. 4 de 6 de fevereiro de 2020*, regulamenta o processo de Gestão de Riscos no STJ.

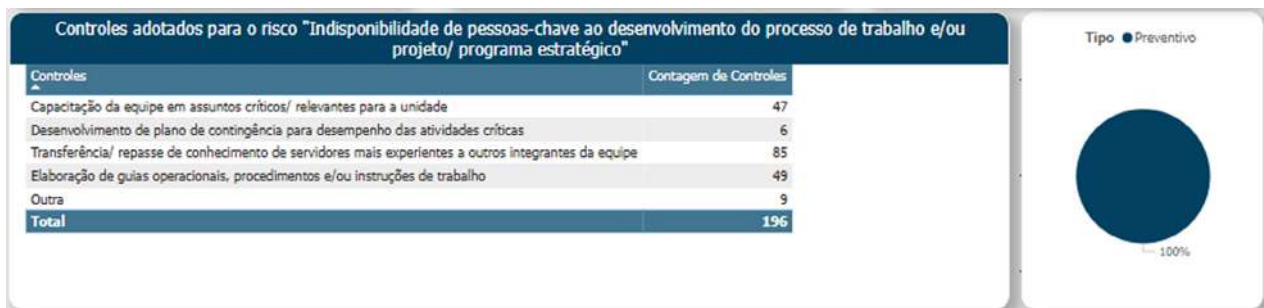


Quadro 18 - Processo de Gestão de Riscos no STJ

O Comitê de Gestão de Riscos elegeu como riscos críticos/estratégicos capazes de afetar a capacidade do STJ em oferecer uma prestação jurisdicional ágil e efetiva ao jurisdicionado, para o biênio de 2023-2024, a indisponibilidade de pessoa chave nos processos de trabalho, a indisponibilidade de sistemas e da rede do Tribunal e a manutenção/elevação do número de processos recursais com relevância autuados no STJ.

Com o objetivo de reduzir a probabilidade de materialização dos riscos, bem como minimizar os seus impactos, a Administração do Tribunal implementou controles preventivos e contingentes.





Quadro 19 - Painel de controles adotados pelo Tribunal

Paralelamente, são desenvolvidas outras ações com o intuito de oferecer uma prestação jurisdicional ágil e de qualidade para a sociedade, como: a atualização do parque tecnológico do Tribunal; a automação de procedimentos cartorários; a realização de estudos técnicos e análises com vistas à formação de precedentes qualificados, fomento à resolução consensual de demandas de modo a reduzir a quantidade de litígios que ingressam no STJ; a formação continuada para gabinetes.

Em 2024, foi dada continuidade ao monitoramento dos riscos de 281 contratações e aquisições do Tribunal, previstas no Plano de Aquisições e Contratações – PCAq 2024, das quais 121 tiveram os planos de riscos concluídos sem pendências, 59 tiveram os planos dispensados por conterem valores abaixo de R\$ 50 mil e, por fim, 22 restaram pendências relacionadas ao gerenciamento de riscos.



Quadro 20 - Riscos em contratações

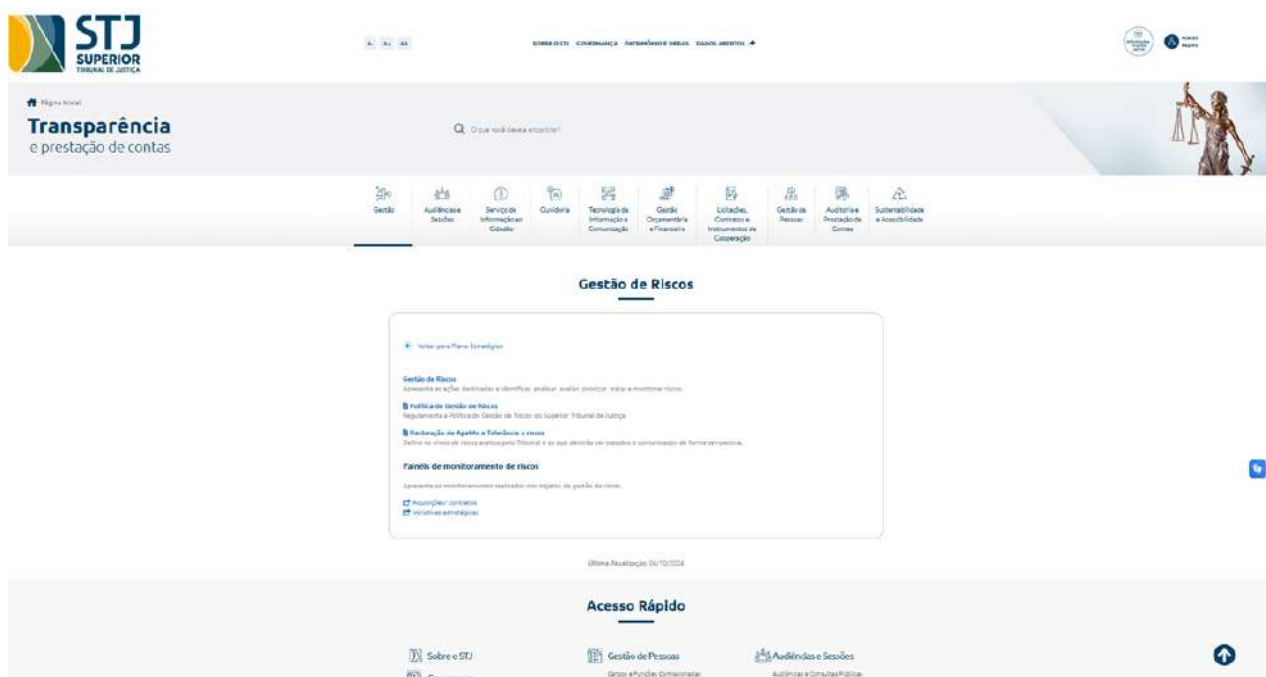
O valor estimado das contratações foi de R\$ 750.260.000,00, dos quais 91,23% encontram-se com o plano de riscos atualizado.



Quadro 21 - Contratações com plano de riscos atualizados

Em relação às iniciativas estratégicas, continua o apoio técnico às gestoras e aos gestores na identificação, na análise e avaliação de riscos. Em 2024, foram acompanhadas 49 iniciativas, das quais 27 têm planos de riscos e 22 estão em elaboração.









Para mais informações sobre a gestão de riscos, acessar o [portal da Transparência e prestação de contas](#).



Quadro 22 - Gestão de Riscos no STJ

Relacionamento com a sociedade

O Superior Tribunal de Justiça possui diversos canais de atendimento à sociedade.

-  **Site da Ouvidoria do STJ:** <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Contato-e-ajuda/Fale-conosco/Ouvidoria>
-  **Serviço de Informação ao Cidadão:** (Clique [aqui](#)).
-  **E-mail:** ouvidoria@stj.jus.br
-  **Disque-cidadania:** (61) 3319-8888
-  **Formulário eletrônico** (clique [aqui](#) para acessar)
-  **Redes sociais:** @stjnoticias
-  **Presencialmente,** de segunda a sexta-feira, das 11h às 19h
-  **Cartas:** Ouvidoria do STJ - SAFS, quadra 6, lote 1, Trecho III-CEP 70.095-900, Brasília/DF

Quadro 23 - Contatos STJ

Além desses canais de acesso, a **Carta de Serviços do STJ**, elaborada pela Ouvidoria, descreve as atribuições e competências de cada unidade, além de orientações sobre todos os serviços prestados. Uma ótima ferramenta para descobrir o Tribunal.

Em 2024, foram 4.457 atendimentos, com o tempo médio de resposta de **quatro dias**.



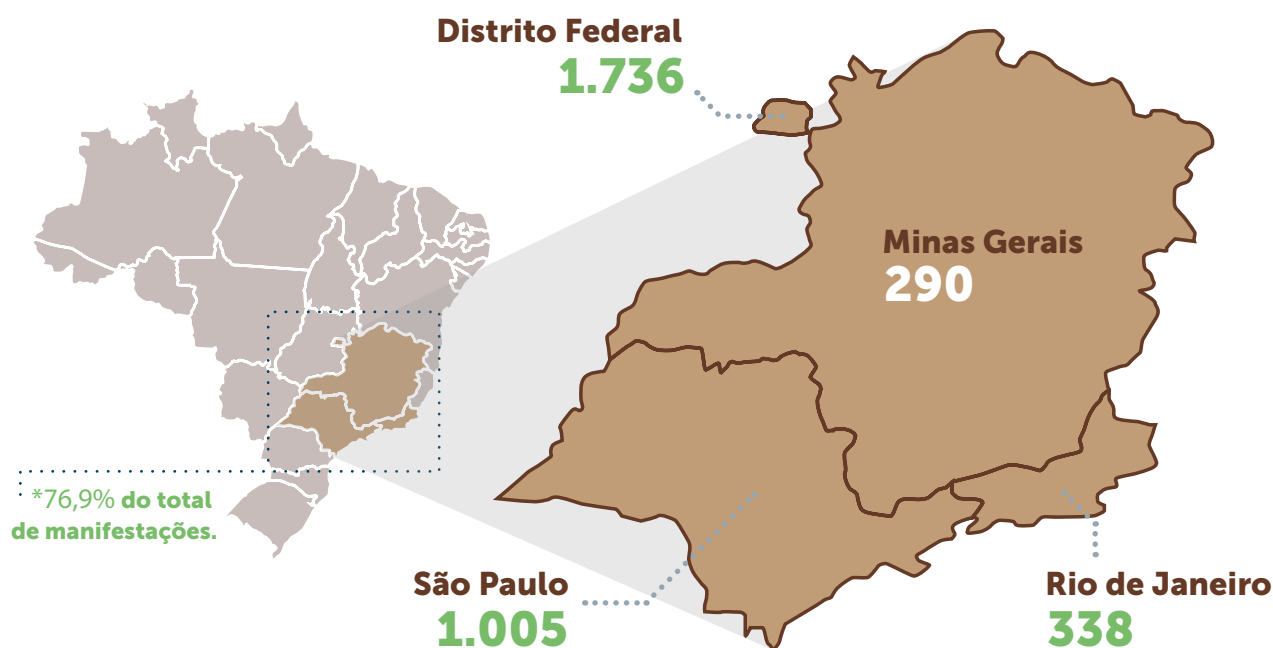
Quadro 24 - Tipos de demandas registradas em 2024 / Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

Entre as manifestações referentes às unidades do Tribunal, que equivalem a 56,13% do total de demandas recebidas, os assuntos mais recorrentes foram:

Recursos Humanos - servidores
Unidades do Tribunal – atendimento
Processos – Sistema de Consulta Processual
Processos - demora no julgamento
Unidades do Tribunal - serviços, informações
Processos – decisões **Processos – previsão de julgamento**
Site - pesquisa na página **Institucional - outros assuntos**
Processos – autuação

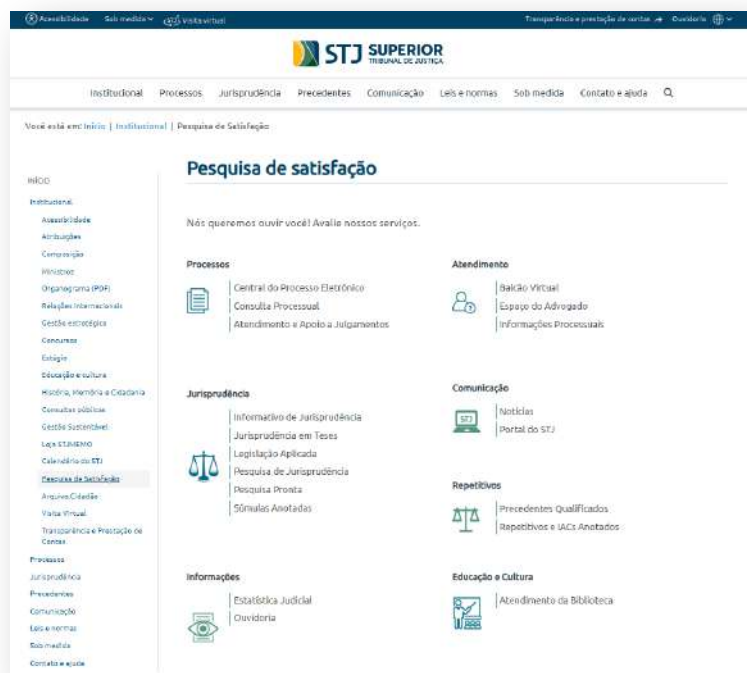
Quadro 25 - Principais assuntos demandados à Ouvidoria do STJ

No exercício, as unidades federativas que mais demandaram o STJ foram DF, SP, RJ, e MG conforme observado a seguir.



Quadro 26 - UF de origem das manifestações em 2024
Fonte: Sistema de Ouvidoria – SOU

Estão disponíveis diversas pesquisas no *portal do STJ*, que, consolidadas, alimentam o indicador estratégico **Satisfação com os serviços do STJ**, cuja meta anual é 80% de satisfação.



Quadro 27 - Pesquisa de satisfação do STJ

Em 2024, o percentual de satisfação foi de 88% em um universo de 17.718 avaliações. Os serviços mais avaliados foram: Portal do STJ, Consulta Processual, Informações Processuais, Central do Processo Eletrônico, Notícias e Balcão Virtual, correspondendo a 85% das avaliações recebidas. Isso reforça o papel do STJ como o "Tribunal da Cidadania", já que a opinião da sociedade impacta diretamente o planejamento e a execução das ações do Tribunal.

Na busca de sempre aprimorar, existe o projeto estratégico **Pesquisa 5.0**, que busca novas formas para aumentar o número de respondentes da pesquisa, para que represente um extrato mais fidedigno possível dos usuários dos serviços avaliados.

Além disso, em 2024, foram realizadas outras ações para estreitar esse relacionamento com a sociedade.

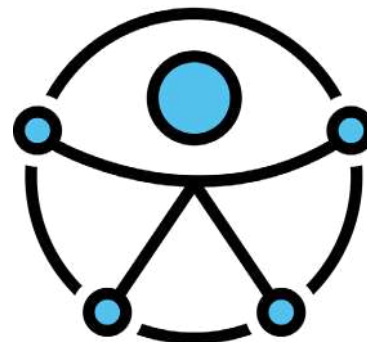
- **Linguagem Cidadã no STJ:** o projeto atendeu às diretrizes do CNJ, tendo como objetivo melhorar a comunicação do Tribunal, por meio da Ouvidoria, com a sociedade e



Quadro 28 - Pacto nacional do judiciário pela Linguagem Simples

com o público interno. Entre as ações, foram feitas revisões e publicações de documentos com o uso de linguagem simples. Houve a promoção de eventos de sensibilização e capacitação para linguagem. Em 2024, o Tribunal foi contemplado pelo Selo Linguagem Simples do CNJ (*Portaria CNJ n. 351/2023*).

- **Acessibilidade no Portal da Ouvidoria do STJ:** o portal ficou mais acessível. As melhorias focaram na navegação e usabilidade, especialmente para pessoas com deficiência visual, que utilizam a ferramenta NVDA, para leitura de tela. Os ajustes incluíram intérprete de libras e legendas ativas nos vídeos, oferecendo a opção de ler ou ouvir o conteúdo. A estrutura do portal foi revista para permitir a navegação por teclado, com avisos sonoros e leitura em áudio das mensagens disponíveis no *site*.



Quadro 29 - Acessibilidade no STJ

- **Melhorias na disposição das informações no portal da Transparência e prestação de contas do STJ:** neste exercício, o Tribunal atingiu o resultado de 101,48% no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, aferido pelo CNJ. Houve uma reestruturação para facilitar a disposição do conteúdo do portal.

Isso demonstra o quanto o Tribunal da Cidadania se empenha para atender bem as pessoas que utilizam os serviços e a infraestrutura desta Casa.

Para saber mais, basta acessar o painel *Resultados Estratégicos*, bem como o portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ.

Em se tratando das plataformas digitais, o STJ tem estado cada vez mais presente. Considerando a sua principal vitrine para a sociedade, o *portal do STJ* superou a barreira de 82 milhões de acessos, com incremento de 25% em relação a 2023.



..... **+ de 82 milhões de visitas!**

Quadro 30 - Número de acessos ao Portal do STJ



EM 2024, FORAM MAIS DE 18 MILHÕES DE ACESSOS ÀS NOTÍCIAS DO PORTAL!

> **18.000.000!**

Quanto aos acessos às redes sociais do STJ, foram alcançados números interessantes, conforme o indicador estratégico **STJ na mídia**, que auxilia a medição do desempenho do objetivo **Fortalecer a imagem e a transparência institucional**, demonstrando a preocupação em manter o cidadão informado de assuntos afetos ao Tribunal.

O canal do STJ no YouTube teve mais de 2,5 milhões de visualizações durante o ano, um recorde absoluto.

Pela primeira vez, a média de audiência quanto às notícias publicadas pelo STJ foram superior a cinco mil. Em 2024, foram mais de 1.500 notícias.

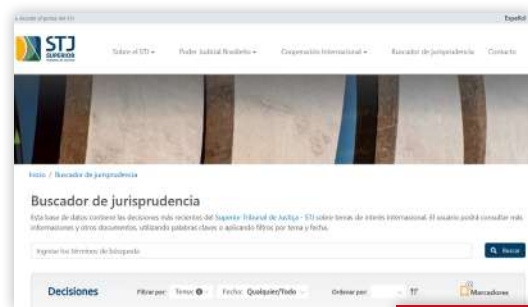
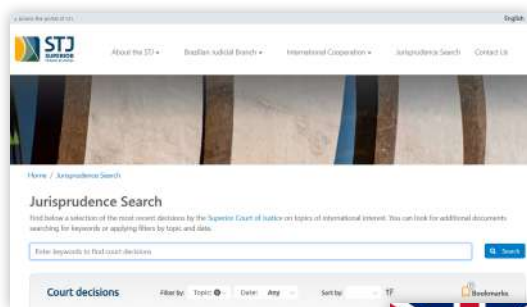


FORAM MAIS DE **2,5 milhões** DE VISUALIZAÇÕES NO YOUTUBE

Para saber mais, acesse o painel de **Resultados Estratégicos**.

Ações que merecem destaque:

- **Página internacional de Jurisprudência:** na página internacional do Tribunal, agora é possível fazer uma busca em inglês e em espanhol.



- **Portal da memória:** aliando as comemorações dos 35 anos do STJ à Resolução CNJ n. 324/2020, que incentiva o uso da comunicação digital para difundir o acervo documental do Poder Judiciário, criou-se a página **Espaço História, Memória e Cidadania**.



- **STJ Descomplica:** posts em formato carrossel que ajudam a descomplicar temas envolvendo o direito e mostram o entendimento do Tribunal sobre esses assuntos. O destaque fica com a linguagem simples utilizada e a identidade visual bem trabalhada.



Em 2024, percebe-se um avanço quanto à acessibilidade no Tribunal, de modo que a sociedade com deficiência consiga acesso a algumas informações disponíveis no portal. Para os próximos exercícios, a ideia é aprimorar cada vez mais neste tema. Demonstrando a preocupação, o STJ possui em sua estrutura a **Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão**.



Para saber mais sobre o tema, basta acessar o [portal da Transparência e prestação de contas](#).

2. Resultados da Gestão

STJ em números

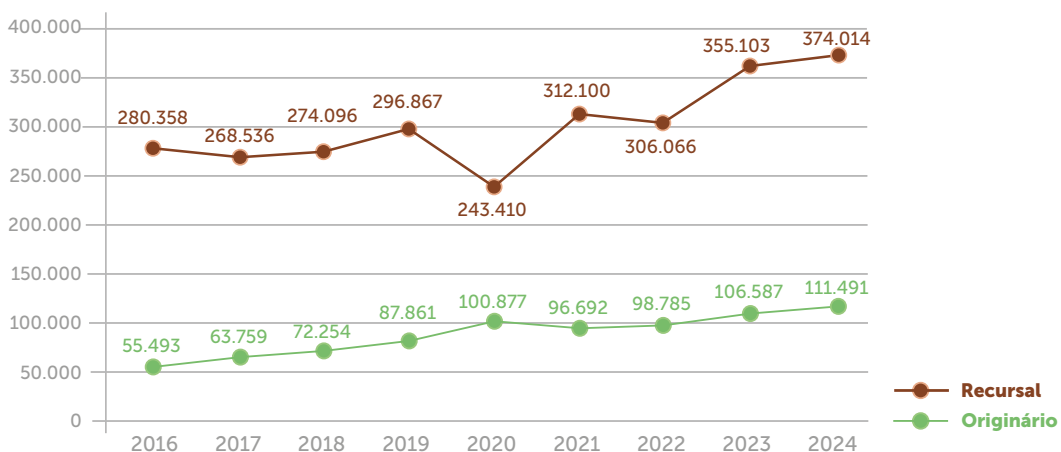
Em 2024, as atividades jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça estão resumidas no painel a seguir, demonstrando a constante preocupação desta Corte em gerar o seu principal valor público para a sociedade, a **Prestação Jurisdicional**.



Quadro 31 - Tipos de demandas registradas em 2024

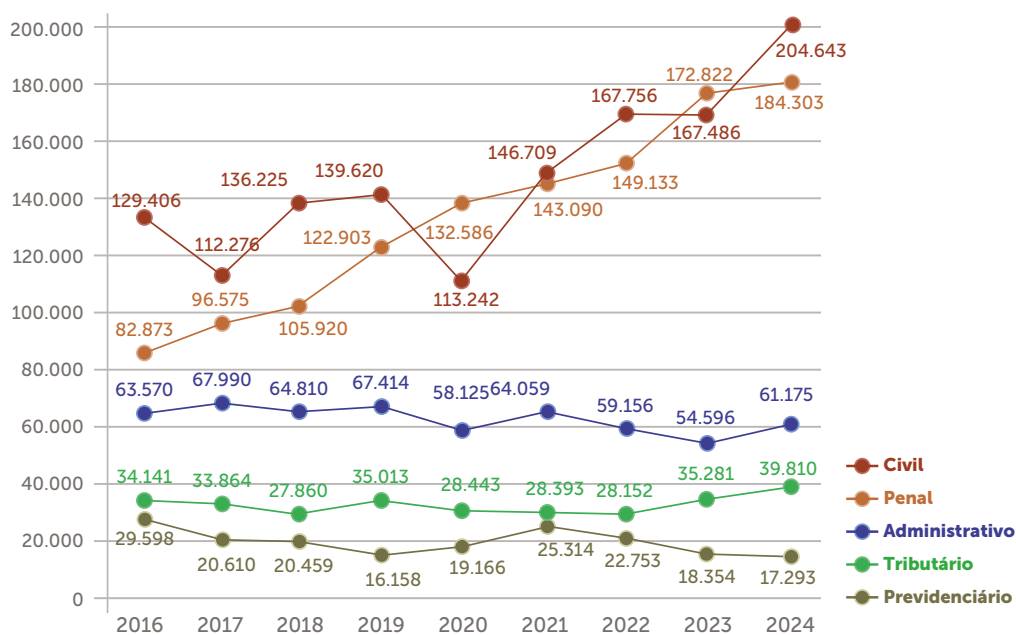
Em relação à movimentação processual, os julgados (sem recursos internos) passaram dos 508 mil processos diante de mais de 485 mil recebidos, um recorde histórico.

Nos últimos dois exercícios, observa-se uma crescente no número de processos recebidos pelo Tribunal, sempre com um maior incremento nos processos recursais - saindo de 355 mil em 2023 para 374 mil em 2024. Ressalta-se que houve uma diminuição em relação a 2023, quando houve um crescimento de quase 50 mil processos, não deixando de ser alarmante. Como já citado, situações que estão sendo analisadas a cada ano pelo **Centro de Estudos Prospectivos**, de modo a subsidiar a Alta Administração na tomada de decisões.



Quadro 32 - Evolução dos processos recebidos

Quanto aos distribuídos e registrados, analisando por ramo do Direito, nota-se que, após estabilidade com pequena queda de 0,15% (251) em 2023, o ramo **civil** disparou em 2024 com impressionante aumento de 22,16% (37.123), dando continuidade a tendência de alta iniciada em 2020. O ramo **penal** exibiu crescimento de 6,67% (11.520), mantendo viés de aumento com média de 9,67% ao ano desde 2018. O administrativo apresentou incremento de 12,05% (6.579), oscilando em torno da média de 61.342 desde 2018. O **tributário** apresentou alta de 12,84% (4.529), sendo o segundo ano consecutivo com recorde histórico após período de estagnação entre 2020 e 2022. Por fim, o ramo **previdenciário** foi o único a apresentar queda de 5,78% (1.061), pelo terceiro ano consecutivo após máxima atingida em 2021.



Quadro 33 - Evolução dos processos distribuídos

Ao analisar os processos tramitando em 31/12/2024 (332.569), constata-se um aumento de cerca de 5% se comparado a 2023 (317 mil).



Quadro 34 - Tramitação de processos I

Mais de

698 mil

Julgados

(Incluindo AgInt, AgRg e EDcl)



Mais de

508 mil

Processo Principal

(Excluindo AgInt, AgRg e EDcl)

Aproximadamente

468 mil

Processos Baixados



Aproximadamente

332 mil

Processos Tramitando

(Em 31/12/2024)

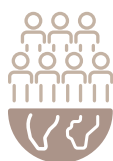
Quadro 35 - Tramitação de processos II

Apesar dos alarmantes números, o STJ continua sempre em busca de uma prestação jurisdicional efetiva e rápida, com destaque para o desempenho acima de 95% do objetivo estratégico **Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**, que procura garantir prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental por meio do aprimoramento de métodos e ferramentas de trabalho. Alguns dos responsáveis são os indicadores estratégicos: 1) **Atendimento à demanda**, alinhado à Meta Nacional n. 1, com o resultado de mais de 100%, demonstrando que o Tribunal julgou um número maior de processos recursais e ações de conhecimento do que os distribuídos no ano; 2) **Julgamento de casos de sequestro internacional de crianças**, alinhado à Meta Nacional n. 11, com resultado de 100%; 3) **Julgamento de ações ambientais, de direitos das comunidades indígenas e de quilombolas**, alinhado à Meta Nacional n. 10, com resultado de 100%, demonstrando o quanto o STJ está atento a causas tão caras à sociedade.



Atendimento à demanda de Mais de 100%*, alinhado à Meta Nacional nº 1

* o Tribunal julgou um número maior de processos do que os distribuídos no ano.



Julgamento de 100% dos casos de sequestro internacional de crianças, alinhado à Meta Nacional nº 11

100%

Julgamento de ações ambientais, de direitos das comunidades indígenas e de quilombolas, alinhado à Meta Nacional nº 10



Quadro 36 - Resultados de indicadores estratégicos

O painel de **Processos Tramitando**, praticamente com o número em tempo real, é acompanhado de perto pela Administração de forma a implementar as melhores práticas, buscando sempre a redução do acervo do Tribunal.



Quadro 37 - Gráfico com tramitação de processos no STJ praticamente em tempo real

Ainda com foco nessa gestão do acervo do STJ, ao final de 2024, foi implementada uma iniciativa inovadora de convocar juízes auxiliares, sob coordenação das ministras e dos ministros, para colaborar com a Terceira Seção do STJ, que trata de processos do Direito Penal.

Além disso, houve a disponibilização de servidoras e servidores qualificados que estavam lotados no Gabinete da Presidência, para auxiliar os demais ministros, gerando decisões.

Em termos de tecnologia, o novo módulo de julgamento virtual passou a permitir a disponibilização dos votos para advogados em tempo real, além de enviar esclarecimentos escritos durante a sessão virtual, bem como ajustes no controle de quórum, suspensão de julgamento e a nomenclatura das opções de voto.

Com isso, a expectativa é de controle e até mesmo uma possível redução no acervo do Tribunal nos próximos exercícios.



Quadro 38 - Convocação de juízas e de juízes auxiliares

Para mais informações, basta acessar o painel de *Resultados Estratégicos* e o de *Estatística Processual*.

Metas nacionais estabelecidas para o Poder Judiciário em 2024

Quando se analisam as metas nacionais que foram perseguidas pelo Superior Tribunal de Justiça em 2024, a situação está compilada em *painéis de BI*. Dessa forma, o Tribunal almeja, cada dia mais, oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional de qualidade e uma justiça mais próxima do cidadão.



Quadro 39 - Painel de acompanhamento das Metas Nacionais

Importante ressaltar que todas as metas nacionais acompanhadas, anualmente, pelo STJ também são indicadores constantes no Plano Estratégico STJ 2021-2026.

Para mais detalhes, acessar o painel de *Resultados Estratégicos*.

Orçamento e demonstrações contábeis

O STJ tem como um de seus objetivos estratégicos o de **Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira**, assim definido em seu Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026.

A gestão orçamentária e financeira eficiente visa dar o suporte necessário para aprimorar a prestação jurisdicional, atender às necessidades prioritárias e essenciais do Tribunal, garantir a infraestrutura tecnológica apropriada, investir no desenvolvimento e valorização das pessoas e fortalecer a cultura do uso sustentável dos recursos públicos.

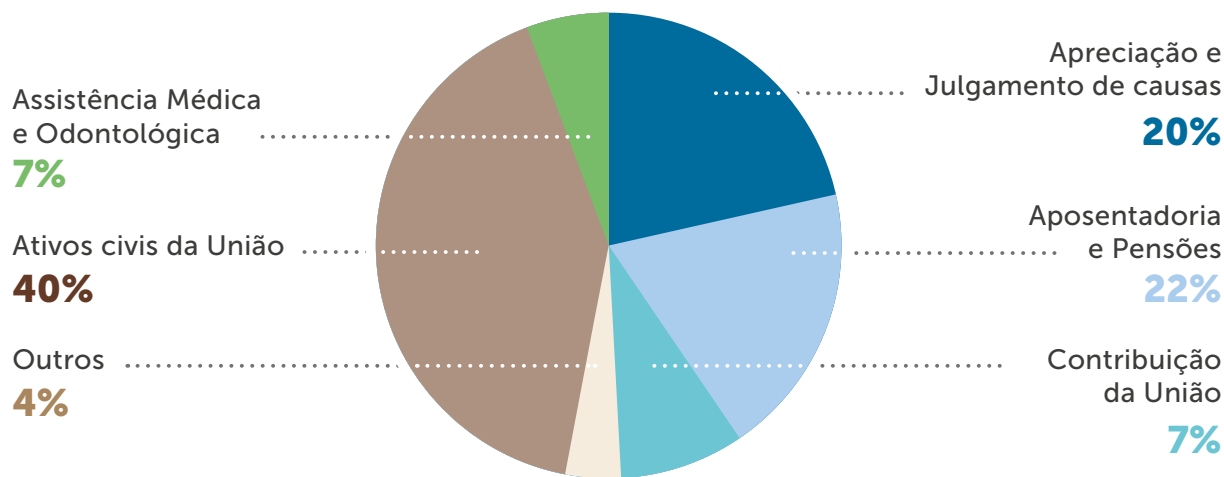
Com o passar dos anos, essa gestão vem sendo aperfeiçoada continuamente por meio de: 1) integração dos planos estratégico, táticos e operacionais ao planejamento e programação orçamentária e financeira; 2) utilização de ferramentas de *Business Intelligence* no acompanhamento da execução das despesas; 3) adequação de processos internos e de normativos; 4) capacitação contínua de pessoal.

O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira é medido por meio de três indicadores estratégicos de desempenho: 1) **Execução orçamentária**; 2) **Execução do Plano de Contratações e Aquisições**; 3) **Aderência às metas do Plano de Logística Sustentável do STJ**. Adiante, o foco será na primeira métrica.

O indicador **Execução orçamentária** mede quanto é executado do orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual, acrescido dos créditos adicionais, que são remanejamentos de recursos internos ou aportes adicionais de orçamento. Em 2024, o STJ obteve melhor desempenho desde 2021, alcançando 98,2% de execução do orçamento, acima da meta estabelecida de 95,5%.

Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 3% na execução do orçamento, o que indica mais eficiência no planejamento e na execução do plano de contratações e aquisições, nosso segundo indicador.

A integração dos Planos Estratégico, Táticos e Operacionais do STJ com o Plano Plurianual do Governo Federal se dá por meio do Programa de Governo 0033, intitulado "**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**". Nesse programa, englobam-se diversas ações orçamentárias que contribuem com os objetivos do órgão.



Quadro 40 - Ações do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

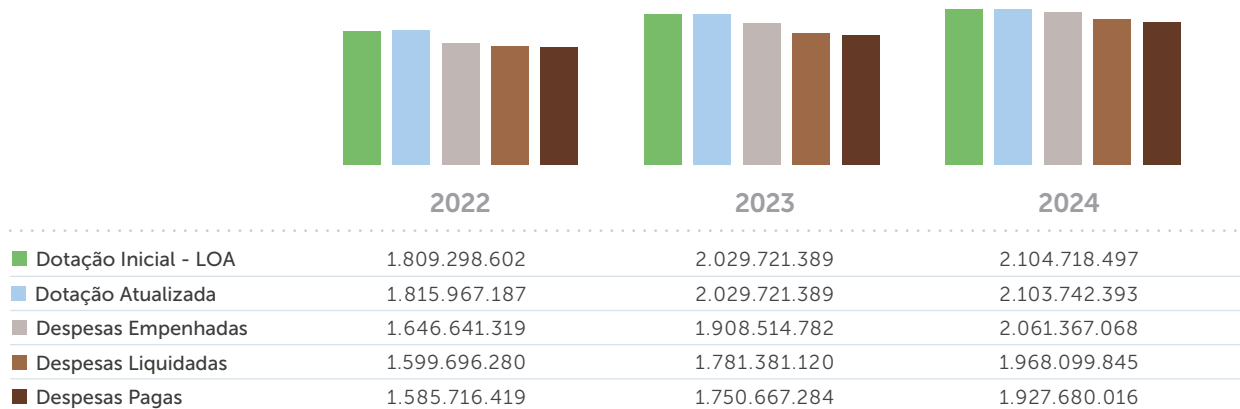
No PPA 2024-2027, foram estabelecidas as metas para a principal ação orçamentária do Tribunal, **Apreciação e Julgamento de Causas**, que tem como produto para a sociedade o **Processo Julgado**. Essa ação engloba diversas atividades como o Julgamento de Processos, a Capacitação de Servidores, a Gestão dos Sistemas Integrados de Informação, a Comunicação Institucional, entre outras, que dão suporte à atividade fim do Tribunal. Em 2024, todas essas atividades superaram a meta prevista em 12,8%.

Produto	Processo Julgado			
	2024	2025	2026	2027
Meta anual PPA	673.376	679.307	677.607	679.117
Total realizado	759.691	-	-	-

Quadro 41 – Metas Físicas - Estipuladas com base em projeções estatísticas

Em 2024, o orçamento foi de R\$ 2.103.742.393, um incremento de 3,6% em relação a 2023. Excluindo-se os gastos com a folha de pagamento e benefícios a servidores, o orçamento final resultou em R\$ 450.413.355.

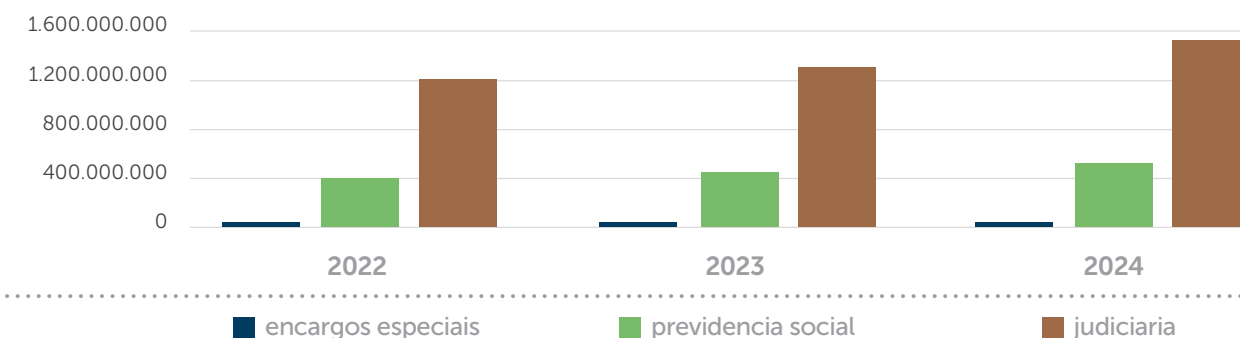
As despesas alcançaram o montante de R\$ 2.061.367.068, um aumento de 8% em relação a 2023.



Quadro 42 – Dotação orçamentária do STJ

As despesas do STJ podem ser classificadas em três funções: **Judiciária**, **Previdência Social** e **Encargos Sociais**. A grande parte das despesas do STJ relacionam-se à função **Judiciária**, sua atividade fim. Em 2024, houve um aumento de 8% em relação a 2023. Comparando-se com 2022, o aumento chegou a 18,9%.

Os gastos com **Previdência Social** têm tido um crescimento médio de 6,7% ao ano, em função do crescimento do número de aposentadorias e do aumento da expectativa de vida.



Quadro 43 – Comparativo despesas do STJ

A maior parte das despesas do STJ refere-se aos gastos com a folha de pagamento de servidores ativos, aposentados e pensionistas, representando 70% das despesas em 2024.



Quadro 44 - Despesas pagas do Superior Tribunal de Justiça em 2023 (por Grupo de Natureza de Despesa)

O segundo maior grupo de despesas contempla os gastos essenciais para o funcionamento do órgão, além dos benefícios a servidores. As principais despesas referem-se aos contratos de mão de obra terceirizada com vigilância, copeiragem, secretariado e serviços gerais, além de contratações de prestação de serviços de terceiros, incluindo a assistência médica e odontológica aos servidores, e as contratações de serviços de TIC, totalizando cerca de R\$ 426 milhões em 2024.

Desse montante, R\$ 25,6 milhões foram destinados ao *Acordo de Cooperação Técnica internacional firmado entre o STJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, o qual tem como objetivo o fortalecimento das capacidades no Judiciário Brasileiro com enfoque na promoção da cidadania, em linha com os princípios da diversidade, inclusão, ética e do humanismo.

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais	Valor empenhado (R\$)
11 - Vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	776.607.543
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner e Reform Militar	393.923.536
13 - Obrigações patronais	132.500.784
Demais elementos	135.938.137
TOTAL	1.438.969.999

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes	Valor empenhado (R\$)
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	187.593.027
37 - Locação de mão-de-obra	164.404.583
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	74.077.876
Demais elementos	130.401.957
TOTAL	556.477.443

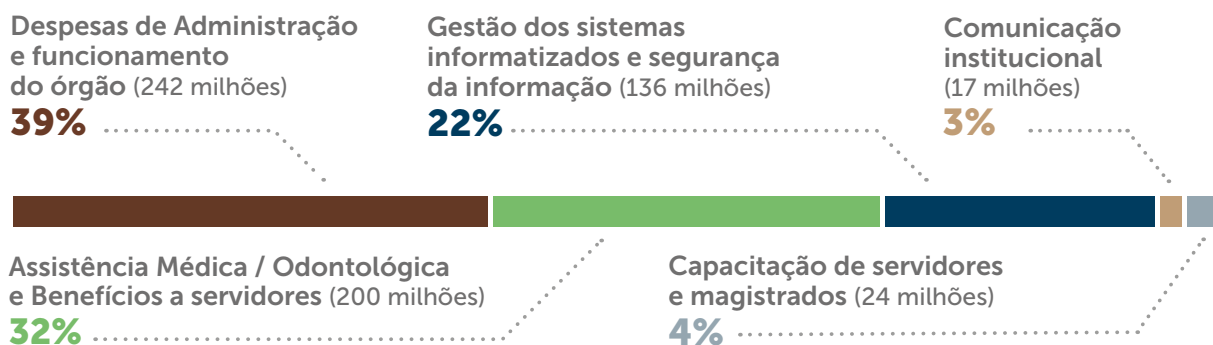
Grupo 4 - Investimentos	Valor empenhado (R\$)
52 - Equipamentos e material permanente	45.094.239
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação	20.825.387
TOTAL	65.919.626

Quadro 45 – Despesas pagas do STJ

No que tange aos investimentos, destinou-se cerca de R\$ 54 milhões em infraestrutura tecnológica, com vistas a ampliar a capacidade de armazenamento de dados do STJ, bem como na contratação de mão de obra especializada em desenvolvimento de *softwares* customizados ao STJ, em cumprimento aos objetivos estratégicos da organização.

Para que o STJ possa oferecer a prestação jurisdicional à sociedade, o orçamento precisa garantir às pessoas envolvidas a infraestrutura física e tecnológica adequada, em um ambiente seguro que promova a acessibilidade e inclusão. Além disso, orçamento também deve promover o desenvolvimento profissional, bem como a melhoria

da qualidade de vida e serviços de saúde ao corpo funcional. Para isso, o orçamento foi organizado em ações orçamentárias que se subdividem em planos orçamentários. Em 2024, destinou-se:



Quadro 46 – Gastos do STJ

Os resultados alcançados em 2024 superaram em grande parte as metas estabelecidas. Alguns desses resultados foram obtidos com recursos inferiores ao previsto, como foi o caso do número de julgados, da formação de magistrados, da capacitação de servidores e da veiculação de matérias do STJ.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	ORÇAMENTO		RESULTADOS		
	Estimado	Realizado	Produto	Meta estimada	Meta alcançada
Formação de Magistrados	9.287.901	9.222.993	Magistrado capacitado	1.000	1.566
Exame Nacional da Magistratura	6.935.000	6.935.000	Pessoa avaliada	100.000	73.000
Julgamento de Processos	248.756.356	242.162.844	Processo Julgado	644.423	698.453
Capacitação de Servidores	5.237.143	4.517.121	Servidor Capacitado	8.300	10.069
Gestão de Sistemas de Informação e Tecnologia	123.035.998	114.636.212	Sistema gerido	107	65
Segurança da Informação	30.012.301	20.910.306	Ação desenvolvida	6	4
Comunicação Institucional	17.226.793	16.760.377	Matéria veiculada	45.000	50.279
Total	440.491.492	415.144.852			

Quadro 47 – Plano orçamentário do STJ

Em relação à gestão dos sistemas de TIC e segurança da informação, as constantes mudanças e avanços tecnológicos interferem na dinâmica das contratações. Muitas delas foram adiadas em virtude de suas complexidades, assim como outras foram canceladas como resultado de novos estudos de soluções e necessidades.

Para os próximos anos, as demandas por soluções de tecnologia da informação e segurança dos dados serão cada vez mais presentes, considerando a crescente demanda de julgamento de processos no STJ. Por outro lado, os gastos com Previdência Social e o crescimento vegetativo dos servidores ativos terão impactos cada vez maiores no orçamento. O desafio da gestão orçamentária será o de aprimorar ainda mais os instrumentos de planejamento e de acompanhamento da execução, além de encontrar soluções mais sustentáveis para suas contratações.

Gestão de Custos

A Gestão de Custos no STJ é regulamentada pela *Instrução Normativa STJ/GDG n. 11 de 18 de março de 2024*.

Em 2024, iniciou-se o desenvolvimento interno de um **Sistema de Custos do STJ**. Até o momento, foi possível fazer o levantamento de custos das unidades organizacionais do STJ no seu maior nível hierárquico: gabinetes de ministros, secretarias, assessorias e unidades equivalentes. As informações ainda estão em processo de validação antes de serem disponibilizadas à sociedade.

Todavia, com as informações que se têm até o momento, é possível obter o custo aproximado dos itens que compõem os custos da prestação jurisdicional no STJ. Em 2024, o montante ficou por volta de R\$ 1.493.073.641,33, o que representa um aumento de 17,45% em relação a 2023. Credita-se o aumento à implementação da segunda parcela do reajuste das remunerações das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União (*Lei n. 14.523/2023*) e às repactuações dos valores dos contratos do Tribunal.

Item	2023	2024	variação
Pessoal Ativo	928.602.395,40	1.002.936.185,40	8,00%
Manutenção Geral	320.289.498,51	442.100.392,91	38,03%
Depreciação de Bens móveis e imóveis	10.521.243,51	23.270.958,07	121,18%
Material de Consumo	7.396.301,06	17.064.252,60	130,71%
Diárias	3.832.399,75	7.072.260,45	84,54%
Amortização	593.935,84	629.591,90	6,00%
Total	1.271.235.774,07	1.493.073.640,33	17,45%

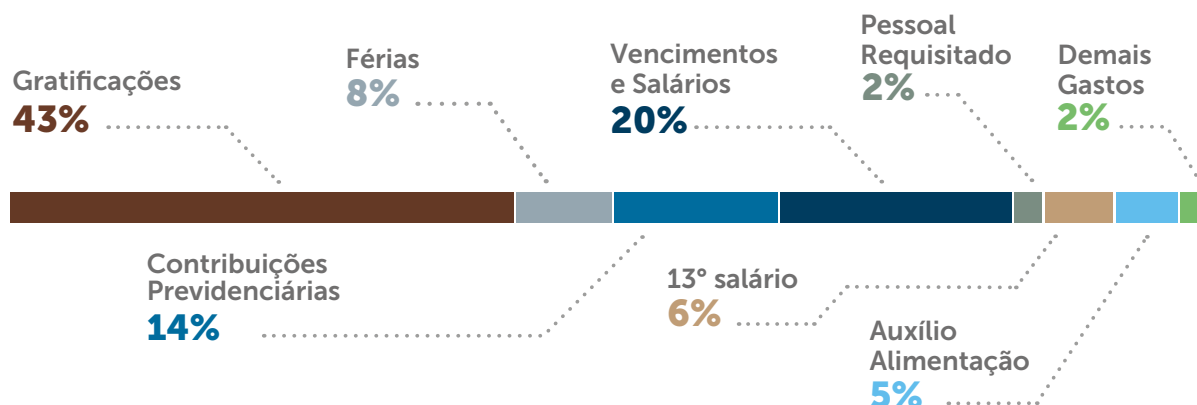
Quadro 48 – Custo total aproximado - Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se ainda que os itens de maior relevância na composição dos custos são: **Pessoal Ativo** (67,17%) e **Manutenção Geral** (29,61%). Se comparado a 2023 (73,05%), o item Pessoal Ativo teve uma ligeira queda em 2024 (67,17%), possivelmente, por aposentadorias, falecimentos e saídas de servidoras e servidores por exoneração ou posse em outro cargo público inacumulável. Já o item Manutenção Geral apresentou um aumento aproximado de 4%, provavelmente, devido à inflação do período, com cerca de 4,6%.

Item	2023	% Total 2023	2024	% Total 2024
Pessoal Ativo	928.602.395,40	73,05%	1.002.936.185,40	67,17%
Manutenção Geral	320.289.498,51	25,20%	442.100.392,91	29,61%
Depreciação de Bens móveis e imóveis	10.521.243,51	0,83%	23.270.958,07	1,56%
Material de Consumo	7.396.301,06	0,58%	17.064.252,60	1,14%
Diárias	3.832.399,75	0,30%	7.072.260,45	0,47%
Amortização	593.935,84	0,05%	629.591,90	0,04%
Total	1.271.235.774,07	100,00%	1.493.073.641,33	100,00%

Quadro 49 – Percentual dos itens em relação ao custo total de 2023 e 2024 - Fonte: Tesouro Gerencial

Merece destaque o custo de pessoal, por ser o que mais contribui com os custos da prestação jurisdicional do STJ.



Quadro 50 – Custo de Pessoal

Para o próximo exercício, a expectativa é de que o **Sistema de Custos do STJ** já esteja totalmente implementado e disponível à sociedade, sempre em busca de maior transparência em relação à verba pública destinada aos custos do STJ.

Demonstrações contábeis

Os balanços contábeis e as notas explicativas estão disponíveis no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ, onde se tem acesso às principais metodologias, práticas e critérios contábeis adotados pelo STJ. Com isso, pretende-se dar maior publicidade à sociedade, aos órgãos de controle e demais interessados no tema.



Quadro 51 - Capa das demonstrações contábeis

Gestão de pessoas

Estrutura de pessoal

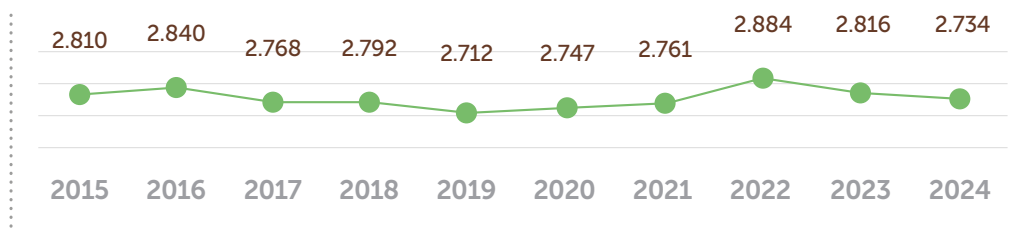
A força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça compõe-se de servidoras e de servidores ocupantes de cargos efetivos e sem vínculo com a Administração Pública. Entre os cargos efetivos, há integrantes de poder e agentes políticos, servidoras e servidores de carreira e em exercício provisório no STJ, cedidas e cedidos de outros órgãos para o STJ.

FORÇA DE TRABALHO DO STJ – Situação apurada em 31/12/2024				
Tipo de Servidor	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2.955	3.103	205	198
1.1. Membros de poder e agentes políticos	33	169	114	24
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3)	2.922	2.934	91	174
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.922	2.734	47	129
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	4	0	0
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	196	44	45
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	100	15	24
4. Total de Servidores (1 + 2 + 3)	2.955	3.203	220	222

Quadro 52 – Força de Trabalho do STJ

O ingresso no quadro permanente do STJ ocorre mediante prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal e do art. 10 da Lei n. 8.112/1990.

Evolução histórica do corpo funcional



Quadro 53 - Evolução histórica de servidores do STJ

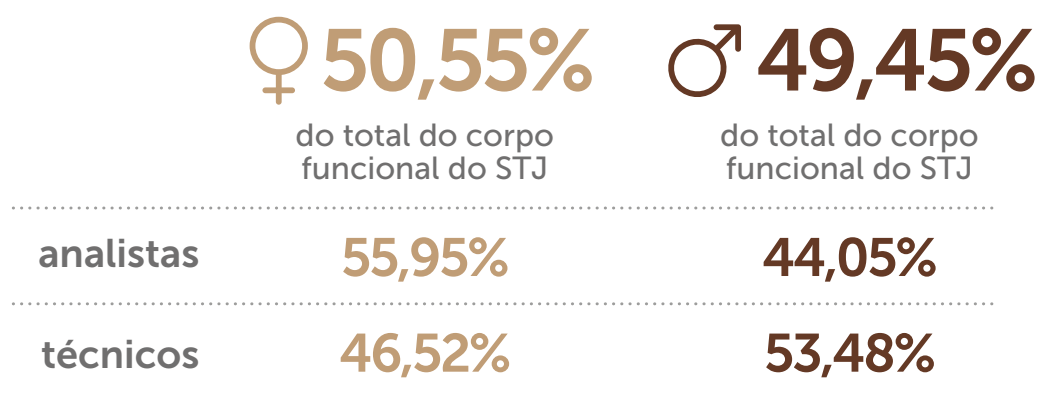
Observa-se que, na evolução histórica, houve, em alguns anos, uma redução no número de servidoras e de servidores ativos no Tribunal, o que decorreu de restrições

orçamentárias para provimento de cargos e de diretriz de algumas gestões de reduzir o número de provimentos de cargos efetivos. Porém, a partir de 2020, considerando a mudança de gestão e a diretriz de prover cargos vagos, ocorreu o ingresso de 67 novos integrantes no corpo funcional. Em 2021, ingressaram 54, e, em 2022, mais 155. Em 2023, houve ingresso de 96 e, em 2024, 24 pessoas para o quadro de pessoal do STJ.

Informa-se ainda que, neste último exercício, 130 pessoas se desvincularam do Tribunal, seja por aposentadoria, falecimento, posse em outro cargo inacumulável ou exoneração.

Quanto à distribuição da força de trabalho, 62% do quadro funcional do STJ realiza atividades finalísticas (diretamente relacionada ao processo judicial) e 38% atuam em atividades de suporte técnico-administrativo (área meio). Isso demonstra que a maior parte do corpo funcional está alocada nas unidades que têm por atribuição realizar atividades que contribuem diretamente para o cumprimento da missão institucional, a razão de ser do STJ.

Em relação à igualdade de gênero quanto à força de trabalho, o percentual de mulheres continua maior quando comparado ao de homens. Além disso, o percentual de mulheres ocupantes de cargo de nível superior (analista) também é maior.



Quadro 54 - Quantitativo de servidores por gênero (Situação em 31 de dezembro de 2024)

Considerando o principal processo de trabalho do STJ, a prestação jurisdicional, um importante aspecto a ser ressaltado é o significativo percentual de cargos específicos da área fim, Analista Judiciário - Área Judiciária, correspondendo a 62,40% dos cargos de nível superior do Tribunal.



Quadro 55 - Porcentagem de Analistas Judiciários (Situação em 31 de dezembro de 2024)

Quanto à força de trabalho no STJ, 67,41% se autodeclararam brancas e 30,96%, pretas ou pardas.

Do total do corpo funcional do STJ:



Quadro 56 - Quantitativo de servidores por cor autodeclarada

A mão de obra do Tribunal pode ser considerada jovem, uma vez que **apenas 37,40% estão acima dos 50 anos**. A maioria se concentra na faixa de 41 a 60 anos.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA – Situação apurada em 31/12/2024						
Tipo de servidor	Faixa Etária					Total Geral
	Até 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 50 anos	Entre 51 e 60 anos	Acima de 60 anos	
Membros de poder e agentes políticos	1	54	55	28	31	169
Servidores de carreira vinculada ao órgão	43	665	975	926	125	2.734
Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	1	3	0	4
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	60	75	49	12	196
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	18	34	24	14	10	100
Total Geral	62	813	1.130	1.020	178	3.203

Quadro 57 - Quantitativo de servidores por faixa etária
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Ademais, das vagas destinadas a cada cargo/área de atividade/especialidade/ramo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% são reservadas aos deficientes nos termos do § 2º do art. 5º da **Lei n. 8.112, de 1990**, e alterações e do **Decreto n. 3.298/1999** e alterações e da **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Atualmente, 5,05% do corpo funcional são pessoas com deficiência.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR TIPO DE DEFICIÊNCIA - Situação apurada em 31/12/2024												
Tipo de Servidor	Auditiva	Física/motora	Mental	Psicos-social	Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Visual	Visual e TEA	Visual e Física/motora	Auditiva e TEA	Auditiva e Física/motora	Não Portador de Deficiência	Total Geral
Membros de poder e agentes políticos	1	3	0	0	0	1	0	0	0	0	164	169
Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	56	3	0	11	53	1	3	1	1	2.583	2.734
Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	193	196
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	97	100
Total Geral	23	63	3	1	11	55	1	3	1	1	3.041	3.203

Quadro 58 - Quantitativo de servidores por tipo de deficiência

Destaca-se que entre abril e maio de 2024 foi realizada a atualização cadastral de dados sobre deficiência, raça e cor, identidade de gênero e sexo autodeclarado dos servidores do Tribunal para envio pelo sistema Módulo de Produtividade Mensal ao Conselho Nacional de Justiça. Naquela oportunidade, ocorreu a inclusão de novos tipos de deficiência (Psicossocial e Transtorno do Espectro Autista) no sistema de cadastro do STJ, com a possibilidade de inclusão no cadastro do servidor de deficiências autodeclaradas, bem como houve a alteração da nomenclatura de raça/cor para as pessoas pardas e pretas, nos termos adotados pelo CNJ, passando a ser: negra-parda e negra-preta.

Estratégia de alocação de pessoas

Quanto à alocação de pessoas no Tribunal, diversos parâmetros são utilizados para auxiliar a distribuição: a origem do cargo vago, diretrizes definidas pela alta administração, perfil da servidora ou servidor (identificado mediante currículo e entrevista), bem como as demandas e a carência das unidades. Após essa análise, as pessoas são lotadas nas diversas áreas do Tribunal, a fim de repor a força de trabalho necessária para o bom funcionamento das atividades.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

O STJ, ao longo dos anos, tem investido na capacitação do seu corpo técnico. Esse

investimento reflete na habilidade e competência para responder às demandas de inovação impostas à Corte Superior, impactando nos resultados de julgados. Nesse sentido, anualmente, é executado o Plano Anual de Ações de Educação Corporativa – PAC, voltado a aprimorar e valorizar os servidores do STJ.

Dessa forma, o Superior Tribunal de Justiça manteve os níveis de aperfeiçoamento e qualificação do seu quadro funcional.

Ações de capacitação no STJ em 2024 e seus resultados



Quadro 59 - Ações de capacitação em 2024

Detalhamento da despesa de pessoal

Neste tópico, serão detalhados os valores das despesas com pessoal no último triênio, com as respectivas análises para as variações.

Despesa com pessoal ativo						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2022	Valor	217.609.867,39	199.223.699,32	201.665.886,75	256.613.267,42	875.112.720,88
	Quantidade	3.202	3.212	3.419	3.379	
2023	Valor	230.570.608,75	213.805.901,31	211.687.759,08	273.239.688,82	929.303.957,96
	Quantidade	3.384	3.334	3.364	3.387	
2024	Valor	249.439.733,24	231.229.277,66	236.748.732,50	295.380.566,96	1.012.798.310,36
	Quantidade	3.386	3.373	3.344	3.564	

Quadro 60 - Despesas com remuneração de servidores ativos
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

No período, a despesa com pessoal ativo registrou acréscimo de 15,73%, decorrente, principalmente, dos reajustes concedidos pelas *Lei n. 14.523/2023*, em fevereiro de 2023 e fevereiro de 2024, ambos no percentual de 6% sobre o vencimento, funções de confiança e cargos em comissão. Pela *Lei n. 14.520/2023*, em abril de 2023 e fevereiro de 2024, ambos no percentual de 6% sobre o subsídio.

Despesa com pessoal inativo						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2022	Valor	92.556.333,32	78.968.720,43	78.956.995,92	93.088.083,15	343.570.132,82
	Quantidade	1.175	1.177	1.177	1.186	
2023	Valor	95.627.203,91	85.324.042,26	85.982.149,22	100.926.938,35	367.860.333,74
	Quantidade	1.196	1.204	1.225	1.233	
2024	Valor	104.078.340,49	91.645.896,86	96.336.427,92	113.792.587,40	405.853.252,67
	Quantidade	1.249	1.254	1.268	1.273	

Quadro 61 - Despesas com remuneração de servidores inativos
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Em relação ao pessoal inativo, entre 2022 e 2024, o aumento das despesas foi de 18,13%, sob preponderante influência dos reajustes concedidos pelas *Leis n. 14.523/2023* e *n. 14.520/2023*, mas também pelo acréscimo de 7,34% no número total de aposentados no Tribunal.

Despesa com pensionistas						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2022	Valor	17.869.834,10	15.309.205,67	15.215.314,47	18.215.564,88	66.609.919,12
	Quantidade	351	350	352	355	
2023	Valor	18.469.553,33	16.590.406,99	16.349.221,31	19.251.139,95	70.660.321,58
	Quantidade	362	363	367	367	
2024	Valor	19.868.509,41	17.657.107,77	17.558.399,93	22.079.520,12	77.163.537,23
	Quantidade	371	377	378	379	

Quadro 62 - Despesas com remuneração de servidores pensionistas
Fonte: Sistema de Administração e Recursos Humanos – SARH

Quanto aos pensionistas estatutários, a despesa total teve um incremento de 15,84% no período, destacando que, para parte desse público, os reajustes da pensão seguem os percentuais concedidos aos ativos e inativos, porém, para outra parte, os reajustes são vinculados aos reajustes concedidos aos benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Além disso, o número de beneficiários de pensão no STJ teve aumento de 6,76%.

Despesa com ressarcimento de salários e encargos sociais de servidores cedidos						
		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
2022	Valor	2.121.769,24	2.357.082,19	2.961.571,96	3.557.574,47	10.997.997,86
	Quantidade	47	51	55	56	
2023	Valor	3.180.811,62	3.359.981,35	3.336.274,12	2.784.638,27	12.661.705,36
	Quantidade	47	51	55	56	
2024	Valor	3.415.489,54	3.639.373,29	3.949.235,56	4.561.470,49	15.565.568,88
	Quantidade	58	61	62	61	

Quadro 63 - Força de Trabalho do STJ – Situação apurada em 31/12/2024

Nota-se que a quantidade de servidores cedidos de outros órgãos registrou acréscimo de 8,93% no período, provocando um acréscimo de 41,53% nas despesas totais.

Por fim, as principais ocorrências no período são as indicadas abaixo por ordem cronológica:

Principais ocorrências		
Data	Motivo da atualização	Público-alvo
jan/22	Aumento de 10,16% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MTP/ME n. 12, de 20/1/2022)	Inativos e pensionistas
jan/23	Aumento de 5,93% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MPS/MF n. 26, de 10/1/2023)	Inativos e pensionistas
fev/23	Aumento de 6% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados (1ª parcela da Lei n. 14.523/2023)	Ativos, inativos e pensionistas
abr/23	Aumento de 6% sobre o subsídio (1ª parcela da Lei n. 14.520/2023)	Ministros
jan/24	Aumento de 3,71% nas aposentadorias e pensões atreladas ao reajuste do RGPS (Portaria Interministerial MPS/MF n. 2, de 11/1/2024)	Inativos e pensionistas
fev/24	Aumento de 6% sobre o vencimento, funções e cargos comissionados (2ª parcela da Lei n. 14.523/2023)	Ativos, inativos e pensionistas
fev/24	Aumento de 6% sobre o subsídio (2ª parcela da Lei n. 14.520/2023)	Ministros
nov/24	Pagamento retroativo a janeiro/23 da Indenização Res. STJ/GP 35/2023	Ministros Ativos
dez/24	Restabelecimento do ATS de Magistrados a partir de 26/11/2024	Ministros

Quadro 64 - Justificativas para reajustes por categoria
Fonte: Coordenadoria de Pagamento

Programa de Estágio Remunerado

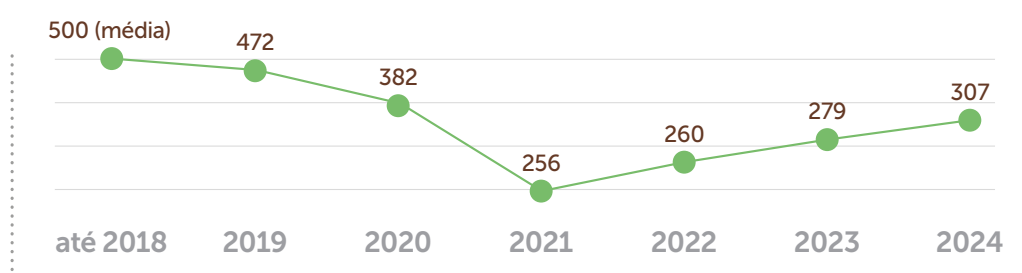
O Programa de Estágio Remunerado do Superior Tribunal de Justiça é regulamentado pela *Instrução Normativa STJ/GP n. 6 de 1º de março de 2019*.

Para que uma unidade administrativa esteja apta a receber uma estagiária ou estagiário, é necessário que ofereça condições para a obtenção de experiências práticas por intermédio de atividades que guardem correlação com o nível educacional e, tratando-se de estudante de nível superior, com a área de formação acadêmica, a fim de contribuir para o desenvolvimento social, educacional e profissional do educando.

O estágio nesta Corte é vedado à pessoa que tenha vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados; ocupe cargo, emprego ou função pública; seja militar ou titular de mandato eletivo federal, estadual ou municipal; e a que for estagiária em outra instituição pública ou privada cuja carga horária diária, quando somada à do STJ, exceda a seis horas diárias. O STJ observa o previsto no *Enunciado Administrativo CNJ n. 7*, de 19/6/2008, o qual proíbe a contratação de estagiária ou estagiário em situações que configurem nepotismo.

O ingresso de estagiárias e estagiários no STJ se dá por meio de processo seletivo precedido de convocação por edital público e é realizado pelo Centro de Integração Empresa Escola, conforme previsto no Contrato *STJ n. 085/2019*, instrumento que rege as relações contratuais entre este Tribunal e o referido agente de integração. O total de bolsas de estágio previsto no contrato é de 750.

Média de Bolsas de Estágio ocupadas por ano



Quadro 65 - Histórico de bolsas de estágio

Comparativamente às médias de bolsas ocupadas em 2022 e 2023, pode-se observar que, em 2024, este quantitativo mantém-se crescente, considerando a redução significativa ocorrida entre 2020 e 2021, em razão do cenário pandêmico.

Ademais, o fato de haver dois processos seletivos vigentes à época (Editais n. 2/2023 e n. 4/2023) com listas de candidatos aprovados aptos ao ingresso no Programa de Estágio e a realização de um novo certame em 2024 (Edital n. 1/2024), viabilizou o atendimento das demandas das unidades por estagiários de maneira ininterrupta.

Em termos de custos, em 2024, houve um incremento de 9% nas despesas com estágio, comparando-se a 2023. Saiu-se de R\$ 4.826.942,98 para 5.253.509,00.

Contratação de Pessoal de Apoio

As informações sobre as contratações de mão de obra terceirizada alocada nesta Corte encontram-se disponibilizadas no portal da *Transparência e prestação de contas*, no sítio do Tribunal na internet.

Licitações e contratos

As informações sobre o tema licitações e contratos estão disponíveis no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ.



Quadro 66 - Licitações e Contratos

Patrimônio e obras

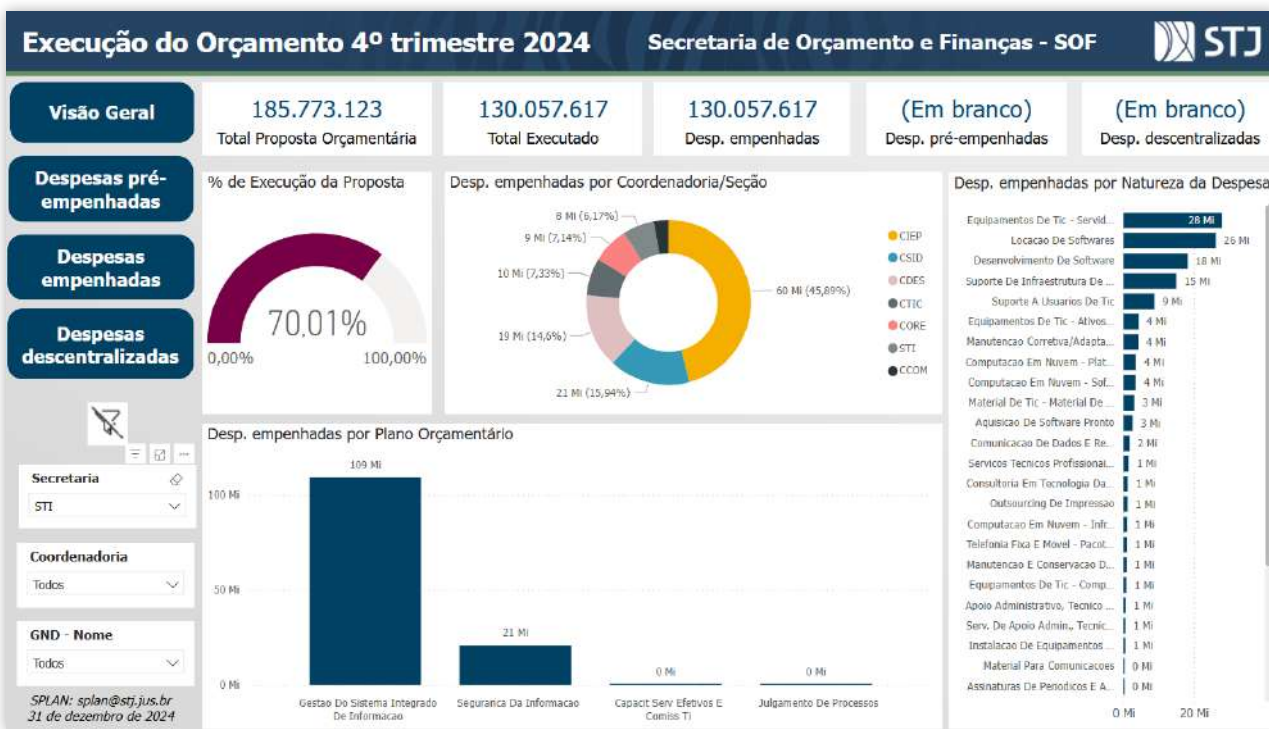
As informações sobre o tema patrimônio e obras estão disponíveis no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ.



Quadro 67 - Patrimônio e Obras no STJ

Gestão de tecnologia da informação

A estratégia em Tecnologia da Informação e Comunicação contribui diretamente com o desempenho e execução do *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, por meio das ações definidas no *PDTIC 2023-2024*. É importante frisar que o assunto também foi tratado no item Planejamento Estratégico deste relatório. Aqui, verificar-se-á como ficou a aplicação de recursos do orçamento do Tribunal, especificamente em TI.



Quadro 68 - Execução orçamentária de TI em 2024

Entre as contratações mais relevantes de TI estão:

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR CONTRATADO (R\$)
043518/2022	STI2024-012, STI2024-088	Ampliação da solução de armazenamento do ambiente principal e de contingência do Superior Tribunal de Justiça – STJ, do fabricante NETAPP, contemplando o fornecimento de equipamentos, discos e gavetas, serviços de instalação e configuração, e garantia para 60 (sessenta) meses	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	20.323.364,00

continua...

...continuação

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR CONTRATADO (R\$)
038832/2023	STI2024-092	Serviço contínuo de solução de governança, <i>compliance</i> , segurança e auditoria de dados não estruturados, incluindo análise e segurança de credenciais de usuários de rede, coleta e correlacionamento de eventos com informações provenientes de análise de dados não estruturados e metadados	INFOSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	19.567.970,10
016593/2022	STI2023-005	Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação - TIC para atendimento de 1º e 2º níveis de <i>service desk</i> e <i>help desk</i> , em regime de dedicação exclusiva de mão de obra	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	16.291.201,20
034448/2023	STI2024-087	Fornecimento de solução de reconhecimento facial para controle de acesso, composta por leitores de reconhecimento facial nas catracas, portas de gabinetes, portas de vidro deslizantes e controle eletrônico de frequência com reconhecimento facial e demais componentes para instalação e configuração no Tribunal	ARCADE TECNOLOGIA PROJETOS E ENGENHARIA LTDA	10.781.655,04
003051/2023	STI2024-075	Fornecimento de solução de "appliances" de <i>backup</i> de longa retenção, em disco, compatível com <i>appliance</i> e <i>softwares</i> Veritas NetBackup, incluindo os serviços de instalação e configuração	PROTECT4 SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	10.397.800,00
010199/2021	STI2023-104	Solução integrada de Gerenciamento de Serviços Corporativos na modalidade SaaS (<i>Software as a Service</i>) em nuvem (<i>cloud</i>), abrangendo funcionalidades para operacionalização de práticas gerais de serviços de TIC, de gerenciamento de serviços de TIC e práticas de gerenciamento técnico de TIC	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.	6.797.000,00

continua...

...continuação

PROCESSO	ITEM PCAQ	DESCRIÇÃO DO OBJETO	EMPRESA(S)	VALOR CONTRATADO (R\$)
052195/2024	STI2023-002, STI2023-028, STI2023-085	Fornecimento de equipamentos e componentes para atualização da solução de rede do Superior Tribunal de Justiça - STJ, composta por <i>switches</i> de acesso, distribuição e <i>datacenter</i> , <i>transceivers</i> e cabos	WISEIT - SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA	5.072.958,08
022374/2023	STI2025-009	Prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC para atendimento técnico de telefonia a ser prestado nas dependências do Superior Tribunal de Justiça	IOS INFORMÁTICA, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA	1.389.999,84
036777/2024	STI2023-129	Fornecimento contínuo do <i>software</i> Veritas NetBackup Enterprise, na modalidade subscrição para a solução de <i>backup</i> do Superior Tribunal de Justiça	PROTECT4 SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	1.387.200,00
043774/2022	STI2023-093	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de banco de horas de consultoria Oracle	LINUXELL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	880.000,00

Quadro 69 - Contratações mais relevantes de TI

Interessante mostrar, ainda, a relação das contribuições de TI com a Cadeia de Valor do STJ em 2024.

CADEIA DE VALOR	ENTREGAS	RESULTADOS E BENEFÍCIOS
1. Autuação, triagem e distribuição	<ul style="list-style-type: none"> • Autuação e Alertas de validação de Processos • Integração da CPE com o CNJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Automação na abertura dos processos, com alertas para possíveis inconsistências • Redução de erros manuais • Ganho de agilidade na tramitação inicial • Redesenho e login unificado com a PDPJ para o Peticionamento intercorrente
2. Procedimentos Cartorários	<ul style="list-style-type: none"> • Migração do sistema Justiça para Oracle (<i>Web e Delphi</i>) • Visualizador de Processos • Visualizador de peças dos Tribunais de Origem • Certidão <i>on-line</i> • Integração com o DJEN do CNJ • Integração com o Domicílio Judicial do CNJ • Novo sistema de Custas Judiciais • Novo modelo de Ofícios em Linguagem Simples • ARPEN - Acesso base de óbitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria de <i>performance</i> do Sistema Justiça e maior confiabilidade no armazenamento de dados • Facilidade de consulta de autos e peças processuais, integrando informações de diferentes fontes • Digitalização de serviços cartorários (certidões <i>on-line</i>), reduzindo atendimentos presenciais • Maior segurança no tratamento e controle de documentos • Padronização e centralização das publicações judiciais • Modernização do sistema de custas e integração com o PagTesouro • Mais transparência e acessibilidade para o jurisdicionado com os modelos de ofício em linguagem simples • Integração com a base de óbitos para identificação de potenciais arquivamentos processuais e Prova de Vida
3. Baixa e Arquivamento	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de Baixa 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão eficiente dos processos concluídos • Rastreamento e arquivamento mais ágeis e confiáveis • Transparência e facilidade de auditoria de processos baixados

CADEIA DE VALOR	ENTREGAS	RESULTADOS E BENEFÍCIOS
4. Análise e Elaboração de Decisão	<ul style="list-style-type: none"> • Regras Automáticas • Questionário de HDEs • Questionário de Admissibilidade • Pesquisa Textual - Íntegra do Processo 	<ul style="list-style-type: none"> • Automação de rotinas de análise e tomada de decisão • Coleta estruturada de informações para subsidiar despachos e decisões • Pesquisa avançada em todo o conteúdo do processo, otimizando tempo de análise • Uniformização de critérios de admissibilidade
5. Jurisprudência	<ul style="list-style-type: none"> • Precedentes • eJurisAdm - Sistema de Jurisprudência Administrativa • Integração automatizada com o Banco Nacional de Precedentes do CNJ • PUSH Informativos da Jurisprudência • Jurisprudência Internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidade de consulta a precedentes, informativos e jurisprudência nacional/internacional • Melhoria na tomada de decisão baseada em casos similares já julgados • Notificações automáticas de atualizações jurisprudenciais, garantindo acesso à informação atualizada • Integração com base nacional (CNJ), ampliando a abrangência dos precedentes
6. Julgamento	<ul style="list-style-type: none"> • Julgamento Virtual de Mérito • Julgamento Presencial • Memoriáudio 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação dos métodos de julgamento (virtual e presencial) • Registro em áudio (Memoriáudio), garantindo transparência e acessibilidade das sessões • Eficiência e redução de custos logísticos com julgamentos virtuais
7. Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Autenticação SSO (<i>Single sign-on</i>) • Segurança • Sistema de Consulta de dados da catraca 	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de acesso unificado e seguro aos sistemas (SSO) • Reforço da segurança interna e externa de dados e usuários • Monitoramento de entradas e saídas de pessoas, elevando o nível de segurança institucional

CADEIA DE VALOR	ENTREGAS	RESULTADOS E BENEFÍCIOS
8. Gestão Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização do Sistema Administra Web • ePro - Módulo de Editais e cessão a outros órgãos • STJ MEMO • Modernização do Sistema de Cerimonial • Migração Fluxus/SEI • Carga SIAFI TXT 	<ul style="list-style-type: none"> • Agilidade na gestão de materiais e contratos, com processos padronizados e digitalizados • Facilidade na elaboração e publicação de editais (ePro), além de viabilizar a cessão do sistema a outros órgãos • Expansão da imagem institucional (STJ MEMO), permitindo venda de produtos • Otimização de processos administrativos com a migração para o SEI, desativando o Fluxus • Confiabilidade contábil com a modernização da carga SIAFI TXT
9. Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • eSocial (versão 1.2) • Ajustes SARH - Cadastro Servidor e Estagiários (Dados Étnico-raciais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conformidade legal e atualização das obrigações trabalhistas e previdenciárias (eSocial) • Inclusão de dados de diversidade no cadastro de servidores e estagiários • Padronização de informações de RH e maior transparência
10. Gestão de Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • RIIJ - Rede Ibero-americana de Integridade Judicial • APIs para o MPF 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento de parcerias e cooperação internacional na área de integridade judicial • Integração de sistemas com o Ministério Público Federal, agilizando troca de dados • Aprimoramento da atuação conjunta em processos e procedimentos administrativos

Quadro 70 - Contribuições de TI com a Cadeia de Valor do STJ em 2023

Para mais informações sobre a Governança de TIC no STJ, acesse o portal da [Transparência e prestação de contas](#).

















Sustentabilidade

O tema é mensurado por meio do *Plano de Logística Sustentável do STJ – PLS/STJ*, que é um instrumento de gestão administrativa e da Política de Governança de Contratações, cujo principal objetivo é “desenvolver a eficiência, a transparência e os processos de trabalho, bem como possibilitar decisões de gestão mais precisas e responsivas”.

Atualmente, a ferramenta monitora dados e cumprimento de metas para vinte temas e é atualizada anualmente, por meio de relatórios de desempenho publicados no portal da *Transparência e prestação de contas* do STJ. O plano conta com uma Comissão Gestora (*Portaria STJ/GDG n. 218 de 09 de março de 2023*).

O PLS/STJ é considerado um auxiliar ao *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, seguindo a mesma periodicidade dos ciclos estratégicos, e seus resultados são acompanhados por meio do indicador estratégico **Aderência às metas do PLS/STJ**.

Destaca-se que o desempenho do Tribunal quanto à sustentabilidade também compõe o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) e o Prêmio CNJ de Qualidade, ambos monitorados pelo Conselho Nacional de Justiça.

TEMA	INDICADOR	META 2021 A 2026	META 2024	RESULTADO 2024	Meta alcançada	Projeto relacionado
 Copos descartáveis	sacos de 100 unidades	reduzir 90%	73	138	não	STJ Menos Plástico
 Água envasada 500 ml	unidades	reduzir 25%	16.366	36.684	não	STJ Menos Plástico
 Café e açúcar	consumo em kg	reduzir 10%	22.337	36.223	não	Ilhas de café
 Material de expediente	consumo em unidades	reduzir 10%	11.693	4.783	sim	
 Papel	resmas	reduzir 50%	5.172	5.587	sim	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Impressão	Impressões/equipamento	aumentar 28%	9.132	5.791	não	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Impressão	Impressões/usuário	reduzir 16%	795	710	sim	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Impressão	Custo/equipamento	aumentar até 52%	R\$ 6.344,39	R\$ 4.947,25	sim	Ilhas de impressão STJ Digital/Saia do Papel
 Telefonia móvel	custo/linha	reduzir 2,5%	R\$ 2.635,67	R\$ 3.312,22	não	
 Telefonia fixa	custo/linha	reduzir 10%	R\$ 28,26	R\$ 3,09	sim	
 Energia elétrica	consumo/m ²	reduzir 2,5%	63,84	67,13	não	Usina Fotovoltaica Campanhas Internas
 Água e esgoto	consumo/m ²	reduzir 2,5%	0,48	0,46	sim	Campanhas Internas
 Limpeza (Contrato)	custo/m ²	manter	R\$ 75,13	R\$ 60,24	sim	
 Limpeza (Material)	custo dos materiais	manter	R\$ 528.820,00	R\$ 539.754,87	não	
 Veículos	quantidade de veículos	reduzir 15%	138	151	não	Mova STJ
 Veículos (manutenção)	custo de manutenção/veículo	reduzir 10%	R\$ 5.088,64	R\$ 11.747,40	não	Mova STJ

continua...

...continuação

	Veículos (motoristas)	custo de motorista/veículo	reduzir 6%	R\$ 11.539,09	R\$ 19.351,10	não	Mova STJ
	Combustíveis	litros de etanol e gasolina/veículo	manter	1.010,30	1.357,93	não	Mova STJ
	Combustíveis	litros de diesel/veículo	reduzir 15%	1.095,00	1.104,10	não	Mova STJ
	Vigilância eletrônica	custo	aumentar até 10%	R\$ 640.141,67	R\$ 583.165,91	sim	
	Vigilância pessoal	custo/pessoa	aumentar até 1%	R\$ 116.364,50	R\$ 313.779,74	não	

Quadro 71 - Metas e resultados PLS-STJ Fonte: AGS

Em 2024, o STJ iniciou o levantamento da quantidade de Gases de Efeito Estufa (GEE) emitidos em suas operações. O objetivo é identificar oportunidades para reduzir essas emissões e contribuir para a sustentabilidade institucional.

O inventário de emissões abrange diversas fontes, como consumo de energia, transporte, funcionamento de equipamentos e gestão de resíduos. Um dado essencial para esse cálculo é o modo como servidores e colaboradores se deslocam até o Tribunal.



Quadro 72 - O inventário de emissões abrange diversas fontes

Para mais informações, basta acessar o portal da *Transparência e prestação de contas*, em *Plano de Logística Sustentável STJ*.



Quadro 73 - PLS/STJ 2021-2026



SAFS, Quadra 6, Lote 1
CEP: 70.095-900, Brasília - DF
fone: (61) 3319-8000



SIGA NOSSAS REDES

@STJnoticias | stj.jus.br